



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS  
CAMPUS ANTÔNIO MARIZ - CAMPUS VII  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**MARIA DAS DORES PEREIRA RIBEIRO**

**SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ABORDAGEM  
SOBRE A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR  
ORGÂNICA NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB**

**PATOS - PB  
2016**

MARIA DAS DORES PEREIRA RIBEIRO

SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ABORDAGEM  
SOBRE A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR  
ORGÂNICA NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Estadual da Paraíba, como parte dos requisitos, para obtenção do grau de Bacharel em Administração da referida instituição.

Orientador: Prof. Me. Felipe César da Silva Brito

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R484s Ribeiro, Maria das Dores Pereira  
Sustentabilidade na agricultura familiar [manuscrito] : uma abordagem sobre a Feira da Agricultura Familiar Orgânica no Município de Patos - PB / Maria das Dores Pereira Ribeiro. - 2016.  
86 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em ADMINISTRAÇÃO) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.  
"Orientação: Prof. Esp. Felipe Cesar da Silva Brito, CCEA".

1. Agricultura Familiar. 2. Agricultura Orgânica. 3. Sustentabilidade. I. Título.

21. ed. CDD 658.408

MARIA DAS DORES PEREIRA RIBEIRO

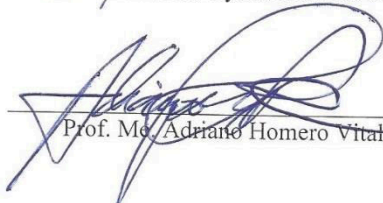
SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ABORDAGEM  
SOBRE A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR  
ORGÂNICA NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB

Trabalho de conclusão de curso apresentado a  
Universidade Estadual da Paraíba, como parte  
dos requisitos, para obtenção do grau de  
Bacharel em Administração da referida  
instituição.

Aprovado em: 20 / 05 / 2016

  
Prof. Me. Felipe César da Silva Brito - ORIENTADOR

  
Prof.ª Ma. Ayalla Cândido Freire - 1º MEMBRO

  
Prof. Me. Adriano Homero Vital Pereira - 2º MEMBRO

Aos meus familiares, o presente trabalho dedico.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me proporcionar forças e coragem para continuar com os meus objetivos e não deixar que as dificuldades e os momentos de fraquezas fossem motivos para desistência. Por diversas vezes senti fortemente que sem a presença de Deus em minha vida de nada eu seria capaz.

Ao meu esposo Enilson Ribeiro e meus dois filhos Júnior e Juliana que sempre contribuíram e me entenderam nos momentos em que eu estive ausente.

Aos meus pais, Luiz e Maria Lúcia, que sempre me deram muito apoio, em especial a minha mãe que diante de tanto esforço, sua enfermidade não a deixou presenciar esta minha conquista.

Aos meus irmãos, que estiveram sempre presente me apoiando com palavras e ações nos momentos em que precisei.

O meu amigo José Benício, e sua esposa Francinete que contribuíram em apoio ao meu trabalho de pesquisa juntamente com meus dois sobrinhos Ygo e Yure.

Aos meus colegas da universidade que se tornaram amigos e companheiros, em especial, Hítalo Medeiros que sempre foi um amigo de todas as horas, entre os vários gestos eu não posso esquecer quando ele assumiu por trinta dias uma sala de aula de um projeto que eu acabara de assumir, mas que por motivo superior tive que me afastar por um determinado período.

Agradeço a Ayalla Cândido, Dante Flávio, Simone Costa e Eunice. Ainda, ao meu orientador Felipe Cesar, que durante sua atuação tem mostrado não somente o seu talento profissional, mas também seu lado humano.

Aos meus amigos, Fabio José e Jacira Mendes técnicos de laboratórios e análises mesmo à distância contribuíram com palavras de conforto e motivação.

Toda relação do homem com a natureza é portadora e produtora de técnicas que se foram enriquecendo, diversificando e avolumando ao longo do tempo... As técnicas oferecem respostas à vontade de evolução dos homens e, definidas pelas possibilidades que criam, são a marca de cada período da história.

Milton Santos

## RESUMO

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo de abordagem quantitativa, que teve por objetivo geral avaliar como os agricultores do município de Patos, Estado da Paraíba, vêm promovendo o processo de transição da agricultura familiar para a agricultura sustentável. No contexto atual, a agricultura familiar vem se mostrando como uma das melhores formas de ocupação do espaço rural, podendo favorecer o cumprimento de exigências sociais, como a geração de emprego e renda, e ambientais, como a conservação da biodiversidade. Entretanto, quando se aborda o termo agricultura sustentável, se está falando de estilos de agricultura de bases ecológicas que atendam a requisitos de solidariedade entre as gerações atuais e destas para com as futuras gerações. A agricultura sustentável tem uma base ecológica, inspirada na agroecologia, sob uma perspectiva social, econômica e cultural. Os dados colhidos através da presente pesquisa revelam que quase todos os agricultores possuem conhecimento sobre o que é sustentabilidade, bem como quanto à agricultura sustentável. Pode-se perceber que uma grande parte dos entrevistados já vem colocando em ação práticas sustentáveis, objetivando desenvolver a chamada agricultura orgânica. A significativa conclusão proporcionada pela realização desta pesquisa resume-se ao fato de que entre os agricultores que participam da 'Feira de Agricultura Familiar', no centro da cidade de Patos, Estado da Paraíba, já existe um interesse em promoverem a agricultura sustentável, fato que demonstra que a sustentabilidade está deixando de ser um discurso utópico e ganhando forma até mesmo entre aqueles que possuem pouca instrução e retiram da terra o sustento de suas famílias, além de contribuírem com uma significativa parcela dos produtos que chegam à mesa da população brasileira. Entretanto, identificou que dentre os principais obstáculos que os agricultores familiares do município em estudo enfrentam para promoverem a agricultura sustentável destacam-se a falta de uma assistência técnica por parte dos organismos de governo e as condições adversas do clima e a baixa qualidade dos solos da região.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Agricultura Orgânica. Sustentabilidade.



## ABSTRACT

This is an exploratory-descriptive study of quantitative approach, which had the overall objective assess how farmers Patos county, State of Paraiba, have been promoting the process of transition from family agriculture for sustainable agriculture. In the current context, family farming is proving to be one of the best forms of occupation of rural areas and can promote compliance with social requirements such as the generation of employment and income, and environmental and biodiversity conservation. However, when addressing the term sustainable agriculture, you are talking about ecological bases farming styles that meet the requirements of solidarity between current generations and those to future generations. Sustainable agriculture is an ecological basis, inspired by agroecology, from a social, economic and cultural perspective. The data collected through this research reveal that almost all farmers have knowledge of what is sustainability, as well as sustainable agriculture. It can be noticed that a large part of the respondents is already putting into action sustainable practices, aiming to develop the so-called organic farming. The significant conclusion provided by this research boils down to the fact that among the farmers participating in the 'Family Farming Fair' in the center of the city of Patos, State of Paraiba, there is already an interest in promoting sustainable agriculture, fact demonstrating that sustainability is ceasing to be a utopian discourse and taking shape even among those with little education and remove the ground support their families and contribute to a significant portion of the products that come to the table of the population. However, it found that among the main obstacles that the family farmers of the municipality under study face to promote sustainable agriculture highlight the lack of technical assistance from government agencies and adverse climate conditions and low soil quality of region.

**Keywords:** Family Farming. Organic agriculture. Sustainability.

## LISTA DE SIGLAS

CDAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CF	Constituição Federal
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO	Fundos Constitucionais do Centro-Oeste
FNE	Fundos Constitucionais do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDRS	Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEMADS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMA	Secretaria de Meio Ambiente
SPDR	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente
TN	Tesouro Nacional

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1: Modalidades de sustentabilidade.....</b>	<b>19</b>
<b>Quadro 2. Formas de conceituar agricultura familiar.....</b>	<b>27</b>

## LISTAS DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	<b>Distribuição dos entrevistados quanto ao fato se residem na propriedade em que trabalham e produzem.....</b>	<b>43</b>
<b>Gráfico 2</b>	<b>Distribuição dos entrevistados quanto ao tempo em que residem na propriedade em que trabalham e produzem.....</b>	<b>44</b>
<b>Gráfico 3</b>	<b>Distribuição dos entrevistados quanto à forma de acesso à terra na qual produzem.....</b>	<b>45</b>
<b>Gráfico 4</b>	<b>Distribuição dos entrevistados quanto aos tipos de atividades que eles exercem em suas propriedades.....</b>	<b>46</b>
<b>Gráfico 5</b>	<b>Distribuição dos entrevistados quanto ao fato se participam ou não da Feira livre que é realizada na cidade de Patos-PB.....</b>	<b>47</b>
<b>Gráfico 6</b>	<b>Distribuição dos entrevistados quanto à origem da água utilizada nas atividades que desenvolvem em suas propriedades.....</b>	<b>48</b>
<b>Gráfico 7</b>	<b>Distribuição dos entrevistados quanto ao que eles entendem por sustentabilidade.....</b>	<b>49</b>
<b>Gráfico 8</b>	<b>Distribuição dos entrevistados quanto ao fato de desenvolvem ou não a agricultura sustentável.....</b>	<b>50</b>
<b>Gráfico 9</b>	<b>Distribuição dos entrevistados quanto ao fato de já terem ou participado de algum curso, capacitação, evento ou palestra voltada para a promoção da agricultura sustentável.....</b>	<b>51</b>
<b>Gráfico 10</b>	<b>Distribuição dos entrevistados quanto ao fato se é ou não possível desenvolver a agricultura sustentável no sertão paraibano, apesar das adversidades climáticas.....</b>	<b>52</b>
<b>Gráfico 11</b>	<b>Distribuição dos entrevistados quanto à forma como eles avaliam a assistência técnica proporcionada pelos órgãos do governo no que diz respeito à promoção da agricultura sustentável.....</b>	<b>53</b>
<b>Gráfico 12</b>	<b>Distribuição dos entrevistados quanto à principal contribuição proporcionada pela venda de produtos orgânicos em feiras na cidade</b>	<b>54</b>
<b>Gráfico 13</b>	<b>Distribuição dos entrevistados quanto a maior dificuldade enfrentada pelos entrevistados na promoção da agricultura sustentável.....</b>	<b>55</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	16
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	16
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR: Conceito e particularidades.....	24
2.3 DA AGRICULTURA FAMILIAR À AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: Uma transição.....	28
2.4 O PRONAF ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PROMOTORA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	32
2.4.1 Conceito de Políticas Públicas .....	32
2.4.2 Políticas públicas e desenvolvimento sustentável .....	34
2.4.3 Participação popular e controle social .....	35
2.4.4. Agricultura familiar e os programas de incentivos .....	36
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	40
3.1 TIPO E LOCAL DE ESTUDO.....	40
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	40
3.3 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	40
3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	41
<b>4 PESQUISA: Uma abordagem sobre a feira da agricultura familiar</b> .....	42
4.1 PERFIL DA AMOSTRA ENTREVISTADA.....	42
4.2 DADOS RELATIVOS AOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	43
<b>CONCLUSÃO</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	57
<b>APÊNDICES</b> .....	63
APÊNDICE A Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	64

APÊNDICE B Instrumento de Coleta de Dados - Questionário.....	65
<b>ANEXOS</b> .....	67
ANEXO I - Coleta de Dados.....	68
ANEXO II - Produtos Comercializados na Feira de Agricultura Familiar.....	75

## 1 INTRODUÇÃO

A maioria das propriedades agrícolas do nordeste brasileiro é de pequeno porte e nestas propriedades se desenvolve a agricultura familiar através de uma mútua dependência e destinada, principalmente, à produção de gêneros de subsistências. Nas últimas décadas essa modalidade de agricultura vem ganhando destaque, graças a instituição de algumas políticas governamentais, dentre as quais se destaca o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996.

Atualmente, é comum o registro de feiras de agricultura familiar em várias localidades do país. Algumas, inclusive, possuem caráter regional, oferecendo às populações uma grande variedade de produtos de boa qualidade e a preços acessíveis.

À medida em que a agricultura familiar foi se desenvolvendo, os seus promotores perceberam que existia uma grande procura não somente por produtos de boa qualidade, mas por cultivares produzidos sem agrotóxicos e que oferecem menos riscos à saúde. Aliada a essa procura começou a se formar uma tendência pelo consumo sustentável.

Assim, impulsionada por essas particularidades, os agricultores familiares vêm procurando desenvolver um modelo de produção que contemple os pilares da sustentabilidade, ou seja, estão colocando em prática um processo de transição em busca da agricultura sustentável. No entanto, a promoção da agricultura sustentável não é uma tarefa fácil. Requer compromisso com o meio ambiente, o uso de tecnologias não impactantes e a constante assistência técnica, aliada ao apoio e o incentivo governamental.

No caso específico do município de Patos-PB, levando em consideração o fato que existem na região três grandes reservatórios d'água, a agricultura familiar encontra em franco desenvolvimento, havendo, inclusive, espaços delimitados para a comercialização de seus produtos. Entretanto, já existe entre a maioria dos agricultores familiares patoenses o interesse de promoverem a agricultura sustentável, com o objetivo expresso de conquistarem um maior espaço no mercado e conseqüentemente, oportunizarem à população uma maior variedade de produtos orgânicos.

Diante dessas considerações, através do presente trabalho procurou-se responder ao seguinte questionamento/problema: Como vem sendo promovido o processo de transição da agricultura familiar para a agricultura orgânica, a cargo daqueles agricultores que participam da 'Feira de Agricultura Familiar', na cidade de Patos-PB?

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de campo e tem por objetivo geral avaliar como os agricultores do município de Patos-PB, vem promovendo o processo de transição da

agricultura familiar para a agricultura sustentável. Como objetivos específicos, estabeleceu-se os seguintes: Caracterizar a agricultura familiar; descrever o processo de transição da agricultura familiar para a agricultura sustentável; identificar os obstáculos que os agricultores familiares precisam superar para promoverem a agricultura sustentável.

Para atingir os objetivos acima apresentados estruturou-se o presente trabalho em três capítulos distintos: o primeiro, destinado à fundamentação teórica; o segundo a descrever os procedimentos metodológicos utilizados e o terceiro para a apresentação dos dados coletados mediante a aplicação de um questionário, com sua respectiva discussão à luz da literatura especializada.

Para tanto, desenvolveu-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica, objetivando construir um referencial teórico para dá sustentação a este trabalho acadêmico e em seguida promoveu-se uma pesquisa de campo, na qual, aplicou-se um questionário junto a vinte agricultores que participam da Feira de Agricultura Familiar, que se desenvolve na cidade de Patos-PB todos às quintas feiras.

Sabe-se que o desenvolvimento sustentável é uma área que contribui fortemente para a preservação do meio ambiente. Com isso surge um forte interesse pelo assunto. Ao sugerir o tema da pesquisa foi considerado a afinidade da pesquisadora com o problema abordado, pois o mesmo tem sido uma de suas preocupações atuais e também por ter sido tema de diversos trabalhos acadêmicos desenvolvidos na universidade, voltado para área de sustentabilidade. Daí surgiu o desejo de aprofundar-se no assunto, tomando como objeto de estudo os agricultores da Feira da Agricultura Familiar Orgânica na cidade de Patos na Paraíba.

O referido estudo traz para as dimensões, pessoal, acadêmica e social, um aprendizado que os leva a refletir a respeito da conscientização voltada para as diversas formas de ações que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável. Esse aprendizado pode ser adquirido através de observações feitas ao objeto estudado, podendo o mesmo ser referência para outras ações voltadas para a preservação do meio ambiente, tendo em vista que o desenvolvimento sustentável pode ser visto como sendo uma nova forma de se perceber as soluções para os problemas globais

Também se pretende por meio desse estudo, contribuir com os agricultores da Feira da Agricultura Familiar orgânica da cidade de Patos na Paraíba, mostrando para a população local o potencial desses trabalhadores e também a importância dos produtos orgânicos, tanto para o consumidor que vai adquirir um produto mais saudável pela ausência de agrotóxicos como também para a sociedade que pode perceber nessa forma de cultivo a importância da preservação ao meio ambiente.



Esse estudo mostra também uma porta aberta para outros pesquisadores que desejarem se aprofundar ainda mais no assunto em busca de encontrarem meios que possam contribuir de forma considerável para a preservação ao meio ambiente. Pois hoje se pensa muito em qualidade de vida, quando muitas vezes se deve pensar em possibilidade de vida. E esse estudo propõe que seja dado continuidade a esse pensamento de cuidar, preservar e buscar, envolver pessoas em uma mesma percepção voltada para o problema ambiental. Não basta ter poder aquisitivo para se viver bem é preciso que haja recursos para suprir as necessidades vitais. Pois de nada serve o capital financeiros se não houver recursos para usufruir.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A necessidade de se conter os avanços dos impactos ambientais e dos danos causados ao meio ambiente, produzidos pelo desenvolvimento econômico, levou à formulação do conceito e dos princípios ora aplicados ao desenvolvimento sustentável, que, em momento algum, deve ser visto como uma ameaça ao progresso.

Dissertando sobre a dicotomia desenvolvimento econômico/desenvolvimento sustentável, Matos (2008, p. 13) chama atenção para o seguinte ponto:

[...] a contradição entre crescimento e preservação é, não apenas natural, mas indissociável na dialética da natureza e dos sistemas sociais. O par contraditório ‘crescimento (X) preservação’ não apenas coexiste, mas é indispensável no desenvolvimento: não há crescimento sem preservação, da mesma forma que não haverá preservação sem crescimento.

Pelo demonstrado, é possível existir desenvolvimento econômico e conjuntamente se ter a preservação dos recursos naturais. O que é necessário, é que exista responsabilidade e comprometimento, que devem ser fruto de uma consciência ecológica e embasados em princípios éticos.

Assim sendo, o desenvolvimento sustentável visa determinar meios capazes de promoverem a superação dos modelos clássicos de crescimento econômico. Tais meios devem privilegiar os aspectos socioeconômicos e ao mesmo tempo promover a inclusão social, tendo compromisso com a permanência das ações voltadas para a preservação dos recursos naturais, de forma a garanti-los às gerações futuras.

Vários são os conceitos apresentados para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, nestes sempre se inclui a missão de usar os recursos naturais com o caráter de perpetuação. Elaborado de forma ampla, o conceito de desenvolvimento sustentável abrange o econômico, o social e o ecológico. Existe, entendimento de que a sustentabilidade está condicionada à uma sociedade organizada.

Num sentido mais amplo, o desenvolvimento sustentável tem por objetivo promover a harmonia entre o homem e a natureza. Na opinião de Tozoni-Reis (2004, p. 50), tal modelo “diz respeito a uma forma de crescimento econômico que considera o comprometimento dos recursos naturais para as futuras gerações”.

Para Barbieri (1997), o desenvolvimento sustentável pode ser visto como sendo uma nova forma de se perceber as soluções para os problemas globais, incorporam a estas as

chamadas dimensões culturais, políticas e sociais e não somente se limitam às questões relativas à degradação ambiental.

Deve-se destacar neste tipo de desenvolvimento existe uma preocupação que vai além do crescimento econômico. Nele, levam-se em consideração as múltiplas tradições culturais e crenças, existindo também a preocupação de promover a construção de um estilo de vida mais saudável.

De acordo com Jardim (2005, p. 190):

O desenvolvimento sustentável é o discurso aberto frente à necessária busca de equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Entretanto, percebe-se que a independência entre ambos é transparente. Nessa construção sustentável, a mobilização social mundial é a primeira trilha a ser desvendada pelo homem que percebeu a degradação como efeito de suas ações. Isto significa a possibilidade de tomada de postura na concretização de alianças gravitacionais no eixo de consenso mínimo sobre a relação entre o homem e o meio ambiente.

Na busca do equilíbrio necessário, o desenvolvimento sustentável interliga o que é para ser desenvolvido com o que é para ser sustentado, sem, contudo, apresentar-se como um obstáculo. Existe no desenvolvimento sustentável uma preocupação com o ‘renovar’, de forma que prega-se a exploração de determinado recurso sem exauri-lo, deixando-o num limite onde este possa se restabelecer.

Essa observação é válida quando trata-se dos chamados recursos renováveis. Nos casos dos não renováveis, prega-se a redução de sua utilização, e, conseqüentemente, a sua substituição por outros já existentes ou de produtos sintetizados, a exemplo do biodiesel, quando a questão for os combustíveis fósseis.

Bezerra e Bursztyn (2000) vão mais além e definem o desenvolvimento sustentável como sendo um processo de aprendizagem social, que deve ser promovido a longo prazo, acrescentando que esse processo é conduzido por políticas públicas sempre orientadas por meio de um plano de desenvolvimento nacional.

No entanto, tem-se que reconhecer que tanto as pluralidades de atores sociais, tanto os vários interesses presentes na sociedade, podem ser vistos como obstáculos à adoção das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nobre (1999, p. 139) afirma que o desenvolvimento sustentável:

[...] significa, de um lado, a concretização de alianças em termo de um consenso mínimo a respeito da problemática ambiental [frente aos impactos típicos das discussões da década de 1970], e, de outro, a arguta tentativa de aproveitar um ambiente mundial de relativa distensão e de intensa mobilização social em torno das questões ecológicas, para levar a questão ambiental [que se puderam observar na

segunda metade da década de 1980] para o primeiro plano da agenda política internacional.

O desenvolvimento sustentável pode ser entendido como aquele que procura satisfazer as necessidades da sociedade atual, de forma que seja garantido às futuras gerações a capacidade de promover as suas. Esse tipo de desenvolvimento prima pela ‘continuidade’ e ‘permanência’ da qualidade de vida, existindo nele uma preocupação em garantir tal benefício às gerações futuras.

Visando facilitar a compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável, Sachs (1993) divide a sustentabilidade em:

- a) a sustentabilidade ambiental;
- b) a sustentabilidade ecológica;
- c) a sustentabilidade econômica;
- d) a sustentabilidade política;
- e) a sustentabilidade social;

O Quadro 1 apresenta os conceitos das modalidades de sustentabilidade definidas por Sachs (1993).

**Quadro 1: Modalidades de sustentabilidade**

MODALIDADES	DESCRIÇÃO
<b>Sustentabilidade ecológica</b>	Refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados às atividades produtivas.
<b>Sustentabilidade ambiental</b>	Refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.
<b>Sustentabilidade social</b>	Refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.
<b>Sustentabilidade política</b>	Refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.
<b>Sustentabilidade econômica</b>	Refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica na avaliação da eficiência por processos macrossociais

Sachs (1993, p. 51), adaptado.

É importante destacar que essas diferentes modalidades encontram-se inseridas na 'Agenda 21 Brasileira', com o objetivo expresso de mostrar que o desenvolvimento sustentável deve ser tomado como sinônimo de sustentabilidade socioambiental.

Na visão de Veiga (2005), esse tipo de desenvolvimento é o grande desafio do século XXI. E, enquanto não se buscar um novo paradigma científico que tenha condições de

substituir os paradigmas do ‘globalismo’, o conceito de desenvolvimento sustentável será uma utopia.

Nessa mesma linha de raciocínio, Rodrigues (2009, p. 44) argumenta que “a sustentabilidade precisa ser construída socialmente, ou seja, penso que o desafio é construir a utopia da sociedade sustentável, desenvolvendo-se em contínua progressão a capacidade de pensar, que é a essência da natureza humana”.

Assim sendo, somente existirá de fato o desenvolvimento sustentável quando existir uma sociedade dotada de uma consciência ecológica e que se integrantes pautem suas ações observando sempre a ética da sustentabilidade.

Abordando as perspectivas do desenvolvimento, Tonneau (2004, p. 89) observa que:

O conceito de desenvolvimento sustentável ainda deve ganhar mais força. A pressão dos consumidores por uma agricultura menos poluente, com produtos mais seguros, em condições mais éticas vai se reforçar. Também a diminuição dos subsídios vai levar a uma racionalização do uso dos insumos.

No contexto atual, o que se percebe é que o discurso sobre sustentabilidade vem cada vez mais adquirindo força política. E isto somente vem sendo possível porque o mesmo já se encontra amplamente socializado, tanto junto às agências estatais nacionais e internacionais, quanto às organizações representativas da sociedade.

De acordo com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR-BA, 1997), o conceito de sustentabilidade apoia-se nos seguintes postulados: durabilidade ao longo do tempo; eficiência econômica; equidade interpessoal e regional; e, responsabilidade ambiental.

É importante destacar que a sustentabilidade para a sua consecução, exige intervenções que implicam na adoção do princípio da descentralização. Nessas intervenções é de fundamental importância o papel do Estado, que deve promover esforços visando não somente o planejamento, mas também a transferência de informações que facilitem a execução por parte dos agentes sociais.

A partir da definição apresentada no Relatório Brundtland, elaborado em 1987, pode-se perceber que tal conceito não somente diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. De forma técnica, ele também discute as desigualdades existentes nos contextos econômicos e sociais (HERCULANO, 1992).

Assim, o desenvolvimento sustentável é um modelo que procura evitar a degradação humana, exigindo a adoção de políticas sociais compatíveis, capazes de superar as complexas

exigências econômicas, privilegiando o meio ambiente, preservando-o para as gerações futuras.

Destaca Matos (2008, p. 12) que:

O Desenvolvimento Sustentável rompe com os modelos positivistas de desenvolvimento que privilegiaram o crescimento econômico e a racionalidade tecnológica, desconsiderando ou tentando nivelar segundo os interesses dominantes, as contradições decorrentes do desequilíbrio de forças entre as nações, as regiões e as classes sociais.

O desenvolvimento sustentável defende aqueles modelos de desenvolvimentos, que primam pela preservação dos recursos naturais e que observam as vocações locais e regionais, bem com os graus de desenvolvimento, procurando estabelecer uma correlação com as diferentes culturas desenvolvidas.

Acrescenta ainda Matos (2008, p. 12) que:

Do ponto de vista político, o Desenvolvimento Sustentável deve procurar favorecer a evolução e a estabilidade das instituições democráticas, estabelecendo instrumentos de acesso à participação e de controle social das estratégias e da operação das ações.

Desta forma, o desenvolvimento sustentável possui uma concepção que vai muito mais além do que a simples missão de preservar o meio ambiente. Ele deve promover meios que facilitem a participação popular, e ao mesmo tempo exigir que os atores sociais que dele participam, cumpram a sua parte, exercendo o controle social e ao mesmo tempo participando e discutindo as estratégias que serão colocadas em prática, visando promover a sustentabilidade, considerando os enfoques sociais, econômicos e ambientais.

Por possuir uma ampla abordagem, alguns autores, dentre os quais Guimarães (2001), ressaltam que o desenvolvimento sustentável tem que possuir uma base ética. Pois, dele deve demandar uma solidariedade social, capaz de subordinar a dinâmica econômica aos interesses da sociedade e às condições do meio ambiente.

Nesse mesmo sentido, observa Caffé (2002, p. 73) que:

O planejamento do desenvolvimento sustentável tem a região como espaço de referência e como foco da organização social, sendo, essa a relação que os atores sociais estabelecem entre si e o meio ambiente, definidos como protagonistas do processo de desenvolvimento. Fazer o planejamento sustentável é uma tarefa coletiva, multidisciplinar e interativa, e nisto consiste uma das diferenças básicas em relação ao planejamento tradicional, que era focada exclusivamente na economia e suas 'externalidades'.

Contudo, é importante destacar que na construção dessa solidariedade é necessária uma mudança radical nos valores da sociedade, bem como nas práticas e atitudes dos agentes que promovem o desenvolvimento. Em resumo, o desenvolvimento sustentável visto e definido como um novo padrão de desenvolvimento, leva em consideração o crescimento da economia e a geração de riquezas. Ele procura integrar esses segmentos à preservação do ambiente, bem como ao manejo adequado dos recursos naturais. Sem, contudo, deixar de garantir aos indivíduos o direito à cidadania e a uma melhor qualidade de vida.

Estruturado a partir de uma lógica consistente, o desenvolvimento sustentável, segundo Guimarães (2001), exige um modelo de gestão que tenha compromisso com a racionalidade. As decisões relacionadas a esse tipo de desenvolvimento devem ser sempre baseadas em decisões precedentes, tendo em vista o fato de que com o mesmo compreende uma sequência de atividades interativas, elaboradas a partir de estratégias definidas.

Através do Desenvolvimento Sustentável busca-se melhorar a qualidade de vida do ser humano, erradicando a miséria, promovendo-se um resgate da dívida social que o Estado possui com grande parte de sua população. No entanto, para cumprir esse papel, é necessário a definição de estratégia bem claras.

De acordo com Matos (2008, p. 19) um modelo de desenvolvimento sustentável deve levar em consideração as seguintes estratégias:

- aproveitamento racional dos recursos naturais, sem depredação da natureza, garantindo o equilíbrio do ecossistema, tanto para preservar as condições de vida atuais, como por solidariedade às gerações futuras;
- desenvolvimento e uso de tecnologias adequadas, que superem o obsolescência que comprometem a competitividade da região, mas que respeitem a cultura e o equilíbrio do ecossistema e da economia local;
- maior autonomia das economias geradas com relação à dependência de outros centros, em decorrência da máxima mobilização de recursos e mão de obra locais;
- geração de economias com capacidade de incorporação progressiva de grandes contingentes de mão de obra, inclusive pela capacidade de gerar efeitos de dispersão para frente e para trás;
- permanência, adequação e evolução dos projetos ao longo do tempo, adaptando-se às contingências dos mercados, da cultura da disponibilidade dos recursos.

O aproveitamento racional dos recursos naturais visa garantir que as gerações futuras tenham acesso aos recursos ora disponíveis. Quando se fala em desenvolvimento e uso de tecnologias adequadas, está se buscando uma forma de desenvolvimento que preserve a cultura local. Pois, a imposição de tecnologias que não levem em consideração as particularidades locais podem trazer desequilíbrio não somente para o ecossistema como também para a economia local.

Segundo Canuto (2004), outra particularidade que deve ser observada quando do estabelecimento de estratégias para o desenvolvimento sustentável diz respeito ao aproveitamento da mão de obra, em sua maior quantidade.

Assim, levando em consideração essa particularidade, os projetos voltados para esse fim devem ser bem elaborados e adequados à realidade local, possuindo a capacidade de serem desenvolvidos a longo prazo, estabelecendo condições que garanta a preservação dos recursos naturais existentes na região e a cultura local.

Por outro lado, acrescenta Carvalho (1994, p. 112) que a sustentabilidade depende da participação em diferentes planos sociais para:

[...] aconselhem, acompanhem, avaliem e controlem as políticas públicas, pelo menos a sustentabilidade social da participação consentida que se expressaria na capacidade, maior ou menor, das pessoas, em situação de pobreza crônica, estabelecerem processos econômicos sociais, políticos e ideológicos de superação da subalternidade.

Assim sendo, percebe-se que além de se preocupar com a preservação dos recursos naturais, o desenvolvimento sustentável procura estabelecer condições para uma gestão participativa, para a ocorrência da inclusão de um maior contingente de mão de obra no cenário econômico. O desenvolvimento sustentável se apresenta como um processo democrático e como tal, necessita do estabelecimento de metas e compromisso claros, que possuam natureza atingível.

Dissertando sobre essa condição apresentada pelo desenvolvimento sustentável, Matos (2008, p. 34), afirma que esse tipo de desenvolvimento deve estabelecer processos que digam respeito:

- ao investimento permanente no reforço da evolução e da estabilidade das instituições democráticas;
- à participação dos agentes envolvidos e, particularmente, das comunidades a quem se destina o programa;
- ao acesso às oportunidades e transparência das informações e dos controles;
- à fiscalização e ao controle social sobre as ações do programa em diversos níveis e, particularmente, a nível das comunidades locais.

Pelo demonstrado, não há como se falar no estabelecimento de estratégias para o desenvolvimento sustentável, sem, contudo, levar em consideração o envolvimento das instituições democráticas nesse processo. De forma bem clara ficou demonstrado que não existe desenvolvimento sem o envolvimento/comprometimento da comunidade. Para o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento sustentável é necessário oportunizar



informações para todos os agentes envolvidos e mais, que a comunidade, de forma consciente, exerça o controle social, fortalecendo a gestão participativa, tendo em vista os princípios democráticos que conduzem tal modalidade de desenvolvimento.

Assim sendo, é impossível se pensar em desenvolvimento sustentável, sem levar em consideração o estabelecimento de estratégias para a sua condução. Para ser concretizado, esse tipo de desenvolvimento exige a definição de algumas funções consideradas como sendo 'chaves' e indispensáveis no processo de construção de um meio ambiente sustentável.

Dissertando sobre essa necessidade, Matos (2008) afirma que um projeto voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável requer vários procedimentos diferenciados, que podem ser ordenados nas seguintes funções chaves:

- a) Articulação Institucional;
- b) Planejamento Estratégico;
- c) Provimento e Gestão dos Fundos Públicos;
- d) Planejamento Micro-Regional;
- e) Administração de Projetos;
- f) Avaliação, Acompanhamento e Controle.

Desta forma, percebe-se que o desenvolvimento sustentável deve ser previamente pensado, exigindo a definição de estratégias para a sua condução. Tal processo inicia-se com a articulação institucional, etapa em que é delimitada a área em que o projeto de desenvolvimento ser desenvolvido. Sabendo-se quais os agentes sociais que farão parte dessa ação, inicia-se a segunda fase, que diz respeito ao planejamento estratégico.

Havendo a garantia dos recursos necessários ao desenvolvimento do referido projeto, procura-se conduzi-lo de forma que seus resultados possam contribuir também para a melhoria das condições regionais. Em momento algum, para que a iniciativa possa cumprir suas funções chaves, deve-se desprezar o acompanhamento e o controle das ações desenvolvidas. No final, a avaliação do que foi feito é produzido em prol da sustentabilidade deve ser avaliado, procurando identificar os pontos positivos e negativos, corrigindo aquilo que for necessário.

Ademais, a ética da sustentabilidade baseia-se na solidariedade com as gerações futuras. Ao se buscar mecanismos que garantam a preservação dos recursos naturais, se está sendo solidário com as gerações futuras.

Afirma Burszty (2001), que sem ética a sustentabilidade não existe. E, que a mesma é apoiada num tripé (economia, social e ambiental), que precisa está em perfeito equilíbrio.

A preocupação quanto à preservação do meio ambiente para que as gerações futuras tenham acesso aos recursos naturais ora existentes, deve ser real e constante. Por isso, a necessidade de se desenvolver ações que se privilegia a sustentabilidade.

Por outro lado, quando se fala em estratégias para o desenvolvimento sustentável, estas devem privilegiar, segundo o governo do Estado de São Paulo (2012) dentre outras, as seguintes particularidades:

- a) a agricultura sustentável;
- b) a criação de investimentos sustentáveis;
- c) a destinação adequada dos resíduos sólidos;
- d) a economia verde;
- e) a promoção da habitação sustentável;
- f) as discussões sobre a adaptação às mudanças climáticas;
- g) as melhorias no saneamento básico;
- h) o incentivo à energia renovável;
- i) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento (p&d);
- j) uma maior promoção da biodiversidade e dos recursos naturais;
- m) uma melhor utilização dos recursos hídricos;

No contexto da administração, já existe o entendimento de que se deve privilegiar as compras públicas sustentáveis como uma estratégia para a promoção do desenvolvimento sustentável, aplicando critérios socioambientais nas licitações.

## 2.2 AGRICULTURA FAMILIAR: Conceito e particularidades

No Brasil, o conceito de agricultura familiar é relativamente recente. Embora não tenha sido considerada relevante para o desenvolvimento rural durante muito tempo, atualmente a agricultura familiar é reconhecida como categoria social, que impulsiona os debates nos meios acadêmicos e no campo das políticas públicas.

De acordo com Abramovay (1997), o uso da expressão agricultura familiar no Brasil é muito recente. Até 1995, os documentos oficiais usavam de maneira indiscriminada e como noções equivalentes ‘agricultura de baixa renda’, ‘pequena produção’, quando não ‘agricultura de subsistência’. No entanto, pequena produção, agricultura de baixa renda ou de subsistência envolvem um julgamento prévio sobre o desempenho econômico destas unidades.

Segundo Lamarche (2003, p. 15), a agricultura familiar é “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”.

A agricultura familiar envolve unidades produtivas agropecuárias com exploração em regime de economia familiar, compreendendo aquelas atividades realizadas em pequenas e médias propriedades, com mão de obra da própria família.

Para Neves (2002, p. 137), a agricultura familiar não é um conceito, mas “uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político”.

Desta forma, percebe-se que além de seu aspecto técnico, o conceito de agricultura familiar também possui um caráter político. Logo, por essa condição necessita ser apoiada por programas e políticas públicas, objetivando valorizar aqueles grupos de pessoas que atuam nesse segmento.

Na opinião de Hecht (2000, p. 52):

A agricultura familiar caracteriza uma forma de organização da produção em que os critérios utilizados para orientar as decisões relativas à exploração não são vistos unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas considera também as necessidades objetivas da família. Ao contrário do modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados.

A organização é o diferencial da agricultura familiar. E essa organização não somente se limita a divisão de tarefas como também às decisões sobre como produzir e o que produzir. As necessidades básicas da família também são levadas em consideração. Nela não existe uma centralização nos aspectos econômicos a exemplo do que ocorre no modelo patronal de agricultura, que tem a preocupação de produzir para abastecer o mercado.

No caso específico do Brasil, a agricultura família é desenvolvida em pequenas propriedades e a maioria dos agricultores reside na propriedade onde trata, segundo dados divulgados pelo IBGE, relativos ao último censo.

A agricultura familiar vem se mostrando como uma das melhores formas de ocupação do espaço rural, podendo favorecer o cumprimento de exigências sociais, como a geração de emprego e renda, e ambientais, como a conservação da biodiversidade. Além do que, na atual condição brasileira, onde parte da população vive com rendas abaixo da linha de pobreza, a agricultura familiar pode desempenhar um papel fundamental nas metas de segurança alimentar e nutricional que permanecem na pauta de discussões das autoridades governamentais.

A agricultura familiar apresenta características específicas, que segundo Abramovay (2004) as principais são as seguintes:

- a) capital familiar;
- b) gestão feita pelos proprietários;
- c) o grupo familiar vive na unidade produtiva.
- d) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- e) trabalho familiar;
- f) transferência inter-gerencial no interior da família do patrimônio e dos ativos são.

Levando em consideração essas características, constata-se que a agricultura familiar é aquela desenvolvida entre integrantes de um mesmo grupo familiar, em propriedade e com capitais próprios. Deve-se registrar que à agricultura familiar podem ser incorporados todos aqueles que trabalham juntamente com a sua família, desde que sejam agricultores de subsistência, agricultores integrados, arrendatários, assentados, colonos, meeiros ou posseiros.

Ainda segundo Abramovay (2004), as definições de agricultura familiar não são unânimes, embora em todas elas estejam presentes três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar. Assim, levando em considerações esses atributos, existem formas distintas para conceituar a agricultura familiar. O Quadro 2 apresenta essas três formas e suas respectivas descrições, na concepção de Abramovay (2004).

#### **Quadro 2. Formas de conceituar agricultura familiar**

<b>Variáveis</b>	<b>Descrição</b>
Primeira Forma ou maneira	Diz respeito às organizações de representação da agricultura familiar, que tem como características: definições abrangentes, incorporando elementos ideológicos de sua existência e os conflitos em que está envolvida, tendo como referência direta o público ao qual busca representar.
Segunda Forma ou maneira	Está relacionada às instituições responsáveis pela adoção de políticas públicas, tendo como características serem extensas e delimitarem em detalhes o público a ser beneficiado.
Terceira Forma ou maneira	Refere-se aos estudos acadêmicos, que tem como centralidade os aspectos sociais, culturais e econômicos, primando pela generalidade teórica.

Fonte: Abramovay (2004, p. 48-49).

Quando se analisa as formas ou maneiras de se conceituar a agricultura família, percebe-se que a construção dos conceitos está estritamente ligada ao contexto onde a temática é discutida ou objeto de ação. Assim, a primeira forma é utilizada pelas organizações de representação da própria agricultura familiar, enquanto que a segunda é explorada por entidades e órgão públicos ligados ao setor. E, a última, pelo setor acadêmico, privilegiando

os aspectos sociais, econômicos e culturais, sem, contudo, esquecer o ambiental, objetivando promover uma aproximação com a sustentabilidade.

Segundo Schneider (2009), a agricultura familiar possui uma particularidade: a grande parte dos agricultores que atuam nessa modalidade é inteiramente vinculada à propriedade onde produzem, pois nela nasceram e têm vivido a maior parte de suas vidas.

Desta forma, percebe-se que agricultura familiar constitui um elo de fixação do homem ao campo. E muitos que nasceram no meio rural continuam desenvolvendo suas atividades agrícolas até o final de suas existências, sendo, mais maioria das vezes interrompidas por questões de saúde.

No que diz respeito ao acesso a terra, explica Tanneau e Sabourin (2007), os agricultores familiares em sua grande maioria, são pequenos proprietários, meeiros ou assentados.

Percebe-se que no contexto atual, os antigos contratos de parcerias e de comodato, que antes eram utilizados no meio rural não vêm encontrando espaço na nova agricultura familiar, isto porque o acesso à terra tem sido facilitado através dos programas de reforma agrária.

A agricultura familiar incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, que Mota; Schmitz; Freitas (2007, p. 129), apresenta as seguintes vantagens:

- a) apresenta a possibilidade de maior proximidade entre consumidores e produtores na identificação da origem dos alimentos, uma das tendências em curso nos novos padrões de consumo.
- b) apresenta, em geral, maior produtividade em áreas menores;
- c) é responsável pela maior diversificação dos sistemas de produção e da conservação da biodiversidade;
- d) pode contribuir, assim, para um manejo adequado dos recursos naturais;
- e) valoriza a coexistência das diferenças culturais pela 'personalidade' que cada estabelecimento tem.

Quando se analisa a citação acima, verifica-se que a agricultura traz um verdadeiro conjunto de vantagens. Trata-se de um modelo que é perfeitamente adaptável às exigências do desenvolvimento capitalista. No entanto, apesar dos ganhos e vantagens que proporciona, a agricultura familiar não se apresenta como sendo um segmento economicamente viável, mas um segmento que tem sido crescentemente inviabilizado por políticas inadequadas e ausentes.

Embora represente uma grande parcela na produção agrícola brasileira, “a agricultura familiar enfrenta ainda restrições de acesso aos mercados de serviços em geral, e não apenas ao crédito” (BUAINAIN et al., 2002, p. 55).

Desta forma, é visível a necessidade um plano de escoamento da produção proveniente da agricultura familiar. No contexto atual, algumas medidas nesse sentido veem sendo

colocada em prática. Por lei, os municípios estão obrigados a comprar à agricultura familiar a maior parte dos gêneros alimentícios destinados à merenda escolar.

Antes dessa iniciativa, segundo Azevedo e Faulin (2005) a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar limitava-se às feiras livres e às pequenas quitandas.

Quando se analisa a citação acima verifica-se que a agricultura familiar sempre enfrentou obstáculos, não somente quanto a falta de apoio por parte do governo, mas no que diz respeito a conquista de um espaço no mercado.

Atualmente, segundo Santos e Cândido (2014), diante da grande procura por produtos de melhor qualidade e isentos de agrotóxicos tem se investindo na realização das chamadas feiras de agricultura familiar, promovidas por associações de produtores rurais, geralmente, com o apoio dos órgãos de extensão rural.

Para que haja um real desenvolvimento da agricultura familiar espera-se que tais feiras se ampliem e se consolidem, passando a ocupar parte do espaço atualmente em poder das tradicionais feiras livres. O interessante é que mesmo dentro das feiras livres já é possível notar a presença de agricultores comercializando produtos oriundos da agricultura familiar orgânica.

### 2.3 DA AGRICULTURA FAMILIAR À AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: Uma transição

Quando se trabalha os conceitos de agroecologia e agricultura familiar, surge entre eles, o conceito de agricultura sustentável, que pode ser entendida como o método agrícola que incorpora técnicas de conservação do solo e de energia, “manejo integrado de pragas e consumo mínimo de recursos ambientais e insumos, para evitar a degradação do ambiente e assegurar a qualidade dos alimentos produzidos” (MENIN, 2000, p. 19).

Agricultura sustentável é sinônimo de produção sem a utilização de agrotóxico, ou seja, trata-se de uma produção limpa e saudável, que vem ganhando aceitação junto aos consumidores por não causar danos à saúde, diferentemente do modelo patronal que produz em grande escala, controlando as pragas com pesticidas e fazendo uso em excesso de agrotóxicos químicos.

De acordo com Giessman (2000), a agricultura sustentável, sob o ponto de vista agroecológico, é aquela que, tendo como base uma compreensão holística dos agroecossistemas, seja capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios:

- a) baixa dependência de inputs comerciais;

- b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis;
- c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local;
- d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente;
- e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva;
- f) preservação da diversidade biológica e cultural;
- g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e
- h) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação.

Quando se analisa os critérios acima enumerados, percebe-se que a promoção da agricultura sustentável não é uma tarefa fácil. Ela requer um profundo conhecimento do meio ambiente onde irá ser instalada, bem como o desenvolvimento de técnicas adequadas e capazes de auxiliarem os agricultores a superarem os obstáculos naturais que por ventura sejam registrados.

Para Altieri (2001, p. 63), a expressão agricultura sustentável se refere à “busca de rendimentos duráveis, a longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas”, o que requer a “otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de um produto específico”.

Assim sendo, quando se aborda o termo agricultura sustentável, se está falando de estilos de agricultura de bases ecológicas que atendam a requisitos de solidariedade entre as gerações atuais e destas para com as futuras gerações.

Promovendo um comparativo entre a agricultura sustentável e a convencional, Santos et al. (2013, p. 7) destacam que:

Na agricultura convencional, ignora-se os impactos que a utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos podem causar ao meio ambiente, diferentemente do que ocorre nos sistemas alternativos de produção de base agroecológica, onde existe uma preocupação constante com o meio ambiente.

Pelo demonstrado, na agricultura sustentável, por possuir uma base agroecológica, não se faz uso de fertilizantes químicos e nem de agrotóxicos. Para suprir as necessidades do solo, faz-se uso da adubação orgânica e para o combate de pragas e doenças que por ventura possam surgir nas plantações, utiliza-se os chamados bioinseticidas.

Ainda segundo Gliessman (2000, p. 53), a caracterização da agricultura sustentável baseia-se na conjugação dos seguintes fatores:

- a) Ter efeitos negativos mínimos no meio ambiente e não liberar substâncias tóxicas ou nocivas na atmosfera, em águas superficiais ou subterrâneas.
- b) Preservar e recompor a fertilidade, prevenir a erosão e manter a saúde ecológica do solo, pois baseia-se na reciclagem dos seus nutrientes.
- c) Usar água de maneira que permita a recarga de depósitos aquíferos e satisfazer as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas.

- d) Dependendo principalmente de recursos de dentro do agroecossistema, incluindo comunidades próximas e substituindo insumos externos por ciclagem de nutrientes, melhor conservação e uma base ampliada de conhecimento ecológico.
- e) Trabalhar para valorizar e conservar a diversidade biológica tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domesticadas.
- f) Garantir igualdade de acesso a práticas, conhecimento e tecnologias agrícolas adequados e possibilitar o controle local dos recursos agrícolas.

Deve-se registrar que a agricultura sustentável tem uma base ecológica, inspirada na agroecologia, sob uma perspectiva social, econômica e cultural. A Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis

Entretanto, para Gliessman (2000, p. 31),

A Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estancam seletivamente as formas degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade.

A Agroecologia, a partir de um enfoque sistêmico, adota o agroecossistema como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis.

Informa Mascarenhas (2004), que a agricultura sustentável promove o progresso e bem-estar no meio rural, constituindo-se numa das formas de manter o homem no campo, produzindo e contribuindo com o meio ambiente.

No entanto, apesar dos ganhos proporcionados pela agroecologia, esta também é alvo de críticas. A principal crítica feita às técnicas agroecológicas é a sua incapacidade de produzir alimentos suficientes para abastecer toda a população mundial. Na agricultura orgânica, por exemplo, podem-se utilizar técnicas ecológicas de agricultura intensiva, como a rotação de culturas que permite a mecanização e, ao mesmo tempo, mantém a biodiversidade.

Segundo Altieri (2001), outro modelo produtivo que pretende ocupar o cargo de novo paradigma tecnológico e organizacional para a agricultura está relacionado com o que alguns autores estão chamando de revolução duplamente verde. Seus precursores criticam a lógica de inovação que consiste em desenvolver novas técnicas para depois verificar os impactos sociais e ambientais.



Algumas organizações de pesquisa agrônômica no mundo já trabalham em torno de um sistema que parte da demanda socioeconômica dos agricultores menos favorecidos para identificar as prioridades de pesquisa. Em lugar de se perseguirem máximos rendimentos por produto, utilizando insumos químicos, devem-se buscar sistemas de produção que substituam estes insumos e que usem biotecnologia e conhecimentos de ecologia científica.

Segundo Abramovay (1997, p. 98), o fundamental deste modelo:

[...] é poder conviver com a diversidade dos meios naturais e não estar sempre à procura de técnicas para os dominar. Assim, ao invés de se buscar artificializar, ao máximo, o ambiente e eliminar, por meios químicos e mecânicos, os inimigos naturais das plantas, busca-se a adaptação ao meio ambiente, utilizando-se, por exemplo, o controle biológico. Nesse contexto, os principais beneficiados seriam os trabalhadores familiares, que representam a grande maioria no campo, além de serem os mais frágeis no processo de modernização.

Este modelo de produção dá espaço à agricultura familiar na medida em que esta apresenta capacidade de gestão e conhecimento do meio ambiente, privilegia a diversificação, tem reservas abundantes de mão-de-obra e usa intensivamente o solo. Em resumo, os diversos modelos produtivos para a agricultura sustentável levam em consideração as particularidades culturais, sociais, econômicas e ambientais. Assim sendo, não existem ‘modelos prontos’, o que de fato existem a princípio que se trazem em particularidades é que devem ser adequadas às regiões nas quais se pretende colocar em prática um modelo de agricultura sustentável.

Deve-se ressaltar que alguns fatores limitam o desenvolvimento da agricultura sustentável. Estudos desenvolvidos por Olalde (2004) e Silva et al. (2013) mostram que dentre os fatores que podem limitar a agricultura sustentável numa região destacam a falta d’água e as condições dos solos.

Por essa razão, a agricultura sustentável precisa levar em consideração as particularidades da região onde vai ser desenvolvida, principalmente, no que diz respeito aos aspectos ambientais.

Ainda em relação aos solos para o desenvolvimento da agricultura sustentável, explica Audeh (2011), que é possível suprir as necessidades de nitrogênio, mediante a adubação verde. A quanto à carência de potássio esta pode ser suprida com a adição de cinzas ao solo.

É importante destacar que além de repor o nitrogênio que o solo necessita, a adubação verde também contribui para a melhoria da textura do solo, deixando mais profundo e permeável. Por outro lado, quando se fala em adubação verde, está se referindo à incorporação ao solo dos restos de cultivares, isto é, tudo aquilo que sobrou no campo após a colheita.

## 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

### 2.4.1 Conceito de Políticas Públicas

O conceito de políticas públicas é apresentado em diversas ciências. No entanto, independentemente de quem o produza, as políticas públicas podem ser entendidas como sendo um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.

Na concepção de Kauchakje (2008, p. 57):

Políticas públicas são formas de planejamento governamental que têm o objetivo de coordenar os meios e os recursos do Estado e também do setor privado para a realização de ações relevantes e politicamente determinadas. As políticas públicas podem ser entendidas como o Estado em ação; é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Assim sendo, política pública seria o somatório das atividades dos governos, que diretamente ou de forma delegada, agem e influenciam a vida dos cidadãos.

Acrescenta ainda Kauchakje (2008, p. 63) que:

Toda política pública é uma forma de intervenção na vida social, estruturada a partir de processos de articulação de consenso e de embate entre atores sociais com interesses diversos, decorrentes de suas posições diferentes nas relações econômicas, políticas, culturais e sociais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos traçados pelos governos, em suas diferentes esferas, visando alcançar o bem-estar da sociedade, bem como o interesse público.

Laswell (1999 apud Souza (2006)), afirma que para entender o conceito de políticas públicas é imprescindível antes responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Assim, na elaboração de uma política pública, além de quem decide, deve-se definir o momento e as consequências dessa decisão, sem, contudo, esquecer quem será atingido com essas ações. O processo de elaboração de uma política pública é submetido ao debate público para ter legitimidade. Nesse debate, define-se para quem se destinam os resultados ou benefícios. Sem tal condição, essa política não seria pública.

Souza (2006), após analisar diversas definições e modelos, assim sintetizou principais elementos das políticas públicas:

a) A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;

b) A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

c) A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;

d) A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;

e) A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;

f) A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Na elaboração de uma política pública, a sociedade civil não somente deve participar como também discutir e fazer inserir nesse processo suas reais necessidades, pois o mesmo representa uma busca de soluções para determinado problema da sociedade. Ela também deve fiscalizar e ao mesmo tempo controlar a execução do programa/projeto, fruto da política pública elaborada. Nesse processo participam atores, que são Grupos que integram o Sistema Político, apresentando reivindicações ou executando ações, que serão transformadas em políticas públicas.

Ainda segundo Kauchakje (2008), os principais sujeitos na formulação da agenda pública encontram-se:

a) no interior do campo movimentalista (movimentos sociais, organizações não governamentais, conselhos, fóruns);

b) grupos de pressão social;

c) partidos políticos;

d) gestores e técnicos de políticas públicas nos órgãos do Estado.

Tais atores podem ser estatais (governo) ou privados, oriundos da sociedade civil, representados, principalmente, pelos movimentos sociais e ONGs. A participação da sociedade civil na elaboração, implementação, fiscalização e controle das políticas públicas, pode ser melhor entendida quando se observa o chamado ciclo das políticas públicas.

A Figura 1 apresenta o ciclo das políticas públicas, mostrando que todas as suas etapas são interligadas e que nelas a sociedade civil organizada participa ativamente.



**Fig. 1: Ciclo das políticas públicas**  
**Fonte: Kauchakje (2008).**

Analisando o ciclo das políticas públicas percebe-se a importância que a participação social desfruta nesse processo. É através dessa participação que se consolida uma gestão democrática.

#### 2.4.2 Políticas públicas e desenvolvimento sustentável

As experiências de políticas públicas visando o desenvolvimento sustentável, elaboradas e executadas no Brasil ainda são poucas. Tais experiências também são recentes e limitam-se a projetos quando deveriam ser programas. Em sua maioria, são desenvolvidas em nível local, exigindo parcerias de diversos atores sociais (BAIERLE, 2000).

Veiga (2005) observa que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável no Brasil, geralmente, são projetos financiados por organismos internacionais e implantados como pilotos de um projeto maior.

Na atualidade, as questões ambientais vêm influenciando fortemente as tomadas de decisões nas políticas de desenvolvimento. Além dos mecanismos legais, econômicos, normativos e dos acordos internacionais, o próprio meio ambiente já se mostra frágil, exigindo um repensar do modelo de desenvolvimento.

Nesse sentido, afirma Bursztyn (2001, p. 74) que:

Um importante vetor de apoio ao desenvolvimento sustentável é o estabelecimento de políticas públicas indutoras de comportamentos coerentes com o imperativo da qualidade ambiental. Para isso, o Estado deve atuar, ainda que indiretamente, por meio de instrumentos econômicos (sistema tributário e de crédito, condicionados a critérios ambientais) e normativos/legais. E deve, também, se valer de mecanismos

contratuais, onde a função pública é de mediação, mas assegurando a validade de pactos, como é o caso dos sistemas de certificação legitimados pela credibilidade. E é o caso também da instituição de um pacto ético, onde a produção de conhecimentos e de tecnologias deixe de se orientar principalmente pela razão instrumental e pela lógica do mercado, para se preocupar, acima de tudo, com o bem estar e a perenidade da vida (princípio da precaução).

Na promoção do desenvolvimento sustentável devem ser priorizadas e estimuladas iniciativas capazes de provocar um novo comportamento ético na população em relação ao meio ambiente. Noutras palavras, devem ser estimuladas iniciativas que promovam sólidas mudanças culturais.

Dentro da visão de Bursztyn (2001), esta prática pode ser considerada como uma política pública. Pois, o resultado dessa ação beneficiará não somente o meio ambiente, mas toda a sociedade.

Para conseguir a mudança cultural necessária, o Estado pode investir, de forma maciça, principalmente, em campanhas educativas, nas quais atuem os mais variados atores envolvidos com as questões ambientais e as interações, que possam promover o desenvolvimento sustentável.

#### 2.4.3 Participação popular e controle social

A democracia participativa produz um novo cenário na sociedade, permitindo que o espaço público passe a ser ocupado por atores que anteriormente não tinham acesso a esse espaço, oportunizando-lhes o direito de reivindicar junto ao Estado, consolidando, desta forma, o conceito de cidadania.

Corroborando com esse pensamento, destaca Baierle (2000, p. 192) que:

[...] a cidadania se constrói pela participação direta e indireta dos cidadãos, enquanto sujeitos políticos, não apenas para a solução de seus problemas sentidos, sem espaços públicos onde as decisões coletivas possam ser cumpridas, mas também para um processo de radicalização democrática, através do desempenho instituinte, transformador da própria ordem na qual operam.

Na participação popular é dado espaço a todos os cidadãos para que, através dos direitos de comunicação e participação política, tornem-se politicamente autônomos, podendo, na esfera pública, discutirem os seus problemas e as suas necessidades.

No entanto, essa participação “encerra aspectos contraditórios, pois, por um lado, contribui para diminuir ainda mais a responsabilidade social do Estado, mas, por outro,

aprofunda a sensibilidade social e a solidariedade humanitária e política” (KAUCHAKJE, 2008, p. 70).

Entretanto, é importante destacar que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu parâmetros para a participação popular, reorganizando o papel do Estado na sociedade, ampliando, assim, o espaço público.

Entre as várias formas que proporcionam a efetivação da participação popular na esfera administrativa, têm-se os Conselhos Municipais formados por membros da comunidade ou de organizações da sociedade civil. Tais conselhos possuem uma grande importância para o desenvolvimento da ação administrativa, principalmente, com relação à transparência e à eficiência na Administração Pública. Através desses colegiados é possível definir as prioridades que devem ser observadas pelo gestor público em relação à sociedade. É importante destacar que:

No processo de gestão democrática da coisa pública, consignada pela Constituição de 1988, os conselhos assumem uma nova institucionalidade, com dimensão de órgãos de Estado, expressão da sociedade organizada. Não se lhes atribui responsabilidades de governo, mas de voz plural da sociedade para situar a ação do Estado na lógica da cidadania. São espaços de interface entre o Estado e a sociedade. Como órgãos de Estado, os conselhos exercem uma função mediadora entre o governo e a sociedade. Poderíamos dizer que exercem a função de ponte (BRASIL, 2004, p. 20).

Os conselhos servem como uma espécie de mediadores entre a sociedade e o Estado. Assim, no desempenho de suas funções, tais organismos buscam encontrar soluções que atendam às necessidades da população e/ou proporcionem benefícios à sociedade como um todo, observando sempre às disponibilidades orçamentárias que o governo dispõe, fazendo com que o Estado e a sociedade estejam sempre conectados. A participação popular favorece o controle social, que implica no acesso aos processos decisórios, permitindo a fiscalização das decisões, segundo critérios pactuados.

#### 2.4.4. Agricultura familiar e os programas de incentivos

No Brasil, o conceito de agricultura familiar é relativamente recente. Embora não tenha sido considerada relevante para o desenvolvimento rural durante muito tempo, atualmente a agricultura familiar é reconhecida como categoria social, que impulsiona os debates nos meios acadêmicos e no campo das políticas públicas.

Para Neves (2002, p. 137), a agricultura familiar não é um conceito, mas “uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político”.

Na opinião de Hecht (2000, p. 52):

A agricultura familiar caracteriza uma forma de organização da produção em que os critérios utilizados para orientar as decisões relativas à exploração não são vistos unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas considera também as necessidades objetivas da família. Ao contrário do modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados.

Nesse sentido, à agricultura familiar podem ser incorporados todos aqueles que trabalham juntamente com a sua família, desde que sejam agricultores de subsistência, agricultores integrados, arrendatários, assentados, colonos, meeiros ou posseiros.

A agricultura familiar apresenta características específicas, que segundo Abramovay (2004) as principais são as seguintes:

- a) capital familiar;
- b) gestão feita pelos proprietários;
- c) o grupo familiar vive na unidade produtiva.
- d) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- e) trabalho familiar;
- f) transferência inter-gerencial no interior da família do patrimônio e dos ativos são.

Levando em consideração essas características, constata-se que a agricultura familiar é aquela desenvolvida entre integrantes de um mesmo grupo familiar, em propriedade e com capital próprios.

A agricultura familiar incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, que Mota; Schmitz; Freitas (2007, p. 129), apresenta as seguintes vantagens:

- a) apresenta a possibilidade de maior proximidade entre consumidores e produtores na identificação da origem dos alimentos, uma das tendências em curso nos novos padrões de consumo.
- b) apresenta, em geral, maior produtividade em áreas menores;
- c) é responsável pela maior diversificação dos sistemas de produção e da conservação da biodiversidade;
- d) pode contribuir, assim, para um manejo adequado dos recursos naturais;

e) valoriza a coexistência das diferenças culturais pela ‘personalidade’ que cada estabelecimento tem.

Em 1996, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com a finalidade de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996, p. 1).

Custeados por recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Tesouro Nacional e das Exigibilidades Bancárias e dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO) e do Nordeste (FNE), o PRONAF, segundo Mattei (2005), possui os seguintes objetivos:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- c) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos;
- d) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares.

O PRONAF surgiu após muitas lutas e reivindicações dos pequenos produtores rurais e de seus órgãos representativos. Nesse sentido, informa Denardi (2001, p. 58) que:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros. O PRONAF é uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas. Suas lutas podem ser simbolizadas pelos Gritos da Terra Brasil, liderados pela CONTAG e, no caso da Região Sul, pelas ações e pressões da Frente Sul da Agricultura Familiar.

Reconhecido como um conquista dos movimentos sociais e sindicais desencadeados na década de 1990, o PRONAF foi idealizado com o objetivo principal de promover o desenvolvimento rural sustentável constituído, proporcionando aos agricultores familiares o aumento da geração de empregos, da capacidade produtiva e conseqüentemente, da melhoria de renda.

Para o desenvolvimento de suas ações, o referido programa dividiu os agricultores em grupos distintos, observando, principalmente, a produtividade e área de produção disponível, em seu poder (BRASIL, 1996). Assim, passou a conceder linhas de créditos específicas para cada grupo distinto.



Na opinião de Bittencourt (2002, p. 93), “o crédito rural para a agricultura familiar pode ser considerado como um dos instrumentos de maior sucesso do PRONAF”. No entanto, vários fatores limitam a aplicação do volume de crédito disponível ao PRONAF. Dissertando sobre essas questões, o autor acima enumera os seguintes fatores:

- a) a falta de assistência técnica direcionada aos agricultores familiares;
- b) baixa rentabilidade dos sistemas de produção utilizados;
- c) desinteresse dos bancos em operar com financiamentos de pequeno porte;
- d) exigências excessivas por parte dos bancos;
- e) falta de informação dos produtores;
- f) limitação do crédito de investimento;
- g) reduzido número de agências bancárias nas pequenas cidades;
- h) restrições para a utilização do crédito em algumas regiões devido à fonte de recurso.

Embora represente uma grande parcela na produção agrícola brasileira, “a agricultura familiar enfrenta ainda restrições de acesso aos mercados de serviços em geral, e não apenas ao crédito” (BUAINAIN et al., 2002, p. 55).

Nos primeiros anos do PRONAF, ocorreram inúmeras críticas face ao reduzindo valor destinado ao crédito rural e às excessivas exigências impostas pelos bancos.

Entretanto, como uma das soluções às crises enfrentadas pela agricultura familiar, pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, o governo federal instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), articulado às demais ações do Programa Fome Zero, dando uma nova dimensão ao PRONAF.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 TIPO E LOCAL DE ESTUDO

Trata-se de um estudo exploratório de abordagem quantitativa. Quanto à natureza, o presente estudo é classificado como sendo uma pesquisa aplicada, partindo do princípio que visa gerar conhecimento para aplicação prática no cenário do estudo.

A pesquisa exploratória tem como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, analisando os problemas e hipóteses para estudos futuros (POLIT; HUNGLER, 2004).

Polit e Hungler (2004), complementam que a pesquisa quantitativa permite um levantamento numérico de determinados fenômenos, com observação direta de cada indivíduo, grupo ou instituição a ser pesquisada, analisando as informações por meio de estatística.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, mediante busca eletrônica utilizando-se nos principais bancos de dados, bem como do acervo bibliográfico existente em bibliotecas públicas e acervo particular.

Num segundo momento, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, oportunidade em que foram entrevistados os agricultores que participam da ‘Feira de Agricultura Familiar orgânica’, na cidade de Patos-PB.

Numa pesquisa de campo, o pesquisador realiza a coleta dos dados diretamente no local em que ocorrem os fenômenos, por meio de questionários ou outros instrumentos (MARCONI; LAKATOS, 2007).

#### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para o presente estudo, foi considerada como população todos os agricultores que exercem suas atividades em regime familiar e que se encontram vinculados à entidade associativa que promove a ‘Feira de Agricultura Familiar’, no município de Patos-PB. Esse universo é composto por 40 associados.

No entanto, a amostra foi constituída por 20 agricultores que comercializam seus produtos na ‘Feira de Agricultura Familiar’, que se realiza às quintas feira, no centro da referida cidade e que dispuseram a participarem da presente pesquisa assinando o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (APÊNDICE A)

Para a seleção destes agricultores foi estabelecido como critério de inclusão o fato de produzirem os produtos que comercializam na referida feira. Logo, foram excluídos aqueles que não são produtores, embora exerçam atividades comerciais na referida feira.

### 3.3 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Para a recolha dos dados foi utilizado um questionário previamente estruturado, composto por duas partes: a primeira, destinada a colher os dados necessários para traçar o perfil da amostra. E, a segunda, exclusivamente relacionada aos objetivos da presente pesquisa, mediante questões subjetivas e objetivas (APÊNDICE A).

### 3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise de parte dos dados foi promovida através de representações estatísticas, de forma qualitativa e privilegiando o modelo descritivo. Tais dados foram apresentados em forma de gráficos, para facilitar a discussão dos resultados e comentados tomando por base o apresentado pela literatura especializada.

#### 4 ANÁLISE: Uma abordagem sobre a feira da agricultura familiar orgânica.

##### 4.1 PERFIL DA AMOSTRA ENTREVISTADA

Objetivando traçar o perfil da amostra entrevistadas, colheu-se dados relativos ao sexo, estado civil, faixa etária e renda familiar. Tais dados encontram-se apresentados na Tabela 1.

**Tabela 1 - Distribuição da Amostra quanto aos dados sociodemográficos**

Variáveis	Participantes	%
<b>Sexo</b>		
Masculino	12	60%
Feminino	8	40%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>
<b>Estado Civil</b>		
Solteiro	03	15%
Casado	16	80%
Viúvo	01	5%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>
<b>Faixa etária</b>		
Entre 18 e 25 anos	01	5%
Entre 26 e 30 anos	01	5%
Entre 31 e 35 anos	02	10%
Entre 36 e 40 anos	01	5%
Entre 41 e 45 anos	05	25%
Entre 46 e 50 anos	03	15%
Entre 51 e 55 anos	01	5%
Entre 56 e 60 anos	02	10%
Acima de 60 anos	03	15%
<b>Renda Familiar</b>		
Menos de 1 salário mínimo	07	35%
Entre 1 e 2 salários mínimos	12	60%
Entre 2 e 3 salários mínimos	01	5%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Os dados contidos na Tabela 1 demonstram que 60% das pessoas que participaram desta pesquisa eram do sexo masculino e 40% pertenciam ao sexo feminino.

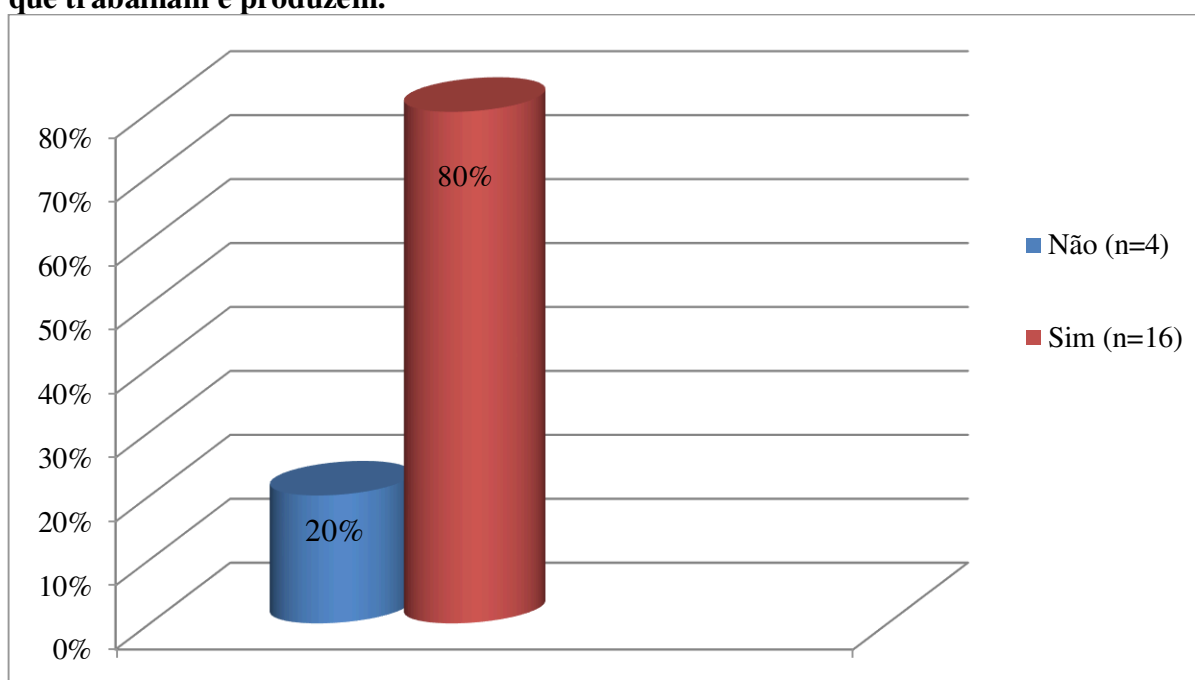
No que diz respeito à faixa etária, 5% dos participantes tinham entre 18 e 25 anos de idade; outros 5% tinham idades entre 26 e 30 anos; 10% tinham entre 31 e 35 anos; 5% tinham entre 36 e 40 anos; 25% tinham entre 41 e 45 anos; 15% informaram que tinham idades entre 46 e 50 anos; 5% ressaltaram que tinham idades entre 51 a 55 anos; 10% tinham entre 56 e 60 anos e os demais (15%), tinham mais de 60 anos de idade.

Em relação à renda familiar, de acordo com os dados apresentados na Tabela 1, 35% dos participantes tinham uma renda familiar inferior a um salário mínimo; 60% declararam que possuíam uma renda entre 1 e 2 salários mínimos e 5% afirmaram que suas rendas familiares estavam situadas entre 2 e 3 salários mínimos.

#### 4.2 DADOS RELATIVOS AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Através do primeiro questionamento procurou-se saber dos entrevistados se eles residem na propriedade em que trabalham e produzem. Os dados colhidos foram apresentados no Gráfico 1.

**Gráfico 1. Distribuição dos entrevistados quanto ao fato se residem na propriedade em que trabalham e produzem.**



Fonte: Pesquisa de campo (maio/2016).

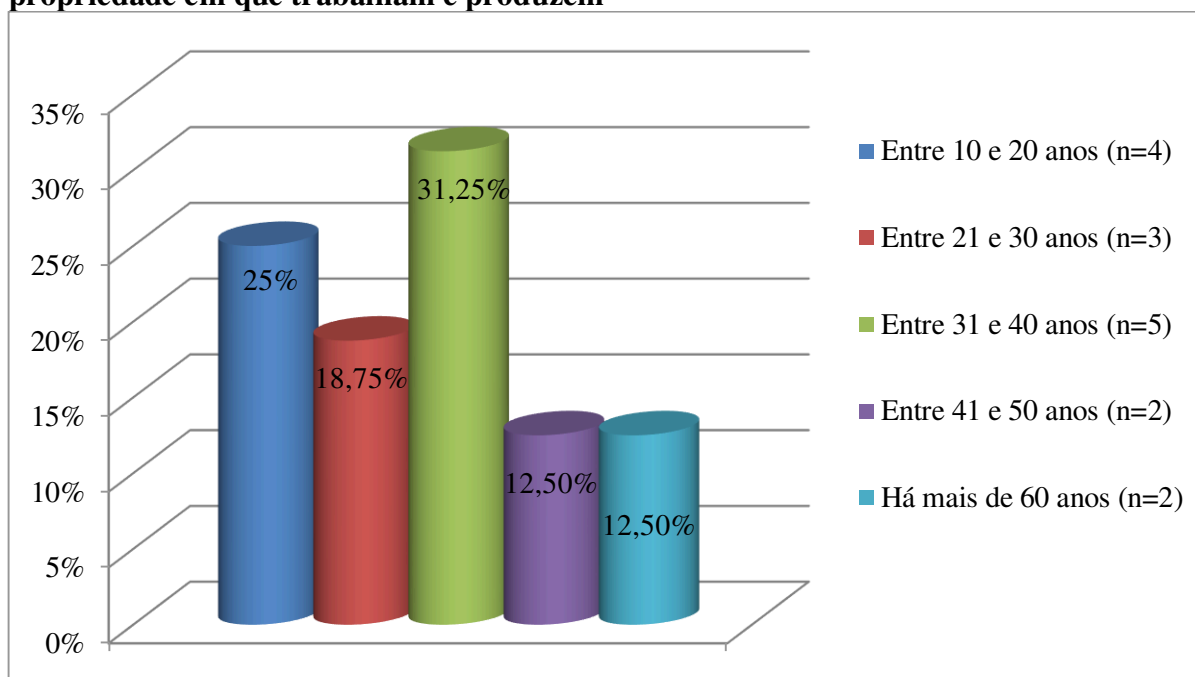
Quando se analisa os dados apresentados no Gráfico 1, verifica-se que 80% dos entrevistados residem na propriedade em que trabalham e produzem. No entanto, 20% declararam que não residem no local onde produzem.

Um estudo realizado pelo próprio IBGE (2010) revela que no Brasil, a maioria dos agricultores familiares reside na propriedade onde produzem.

Este fato demonstra que a maioria dos agricultores familiares possui uma vinculação direta com a terra e faz da agricultura a forma de adquirir o sustento da família, exercendo suas atividades num processo de mútua dependência.

Daqueles que residem na propriedade em que produzem, procurou-se saber a quanto tempo ali residente. As respostas apresentadas foram transformadas em dados e apresentadas no Gráfico 2.

**Gráfico 2. Distribuição dos entrevistados quanto ao tempo em que residem na propriedade em que trabalham e produzem**



Fonte: Pesquisa de campo (maio/2016).

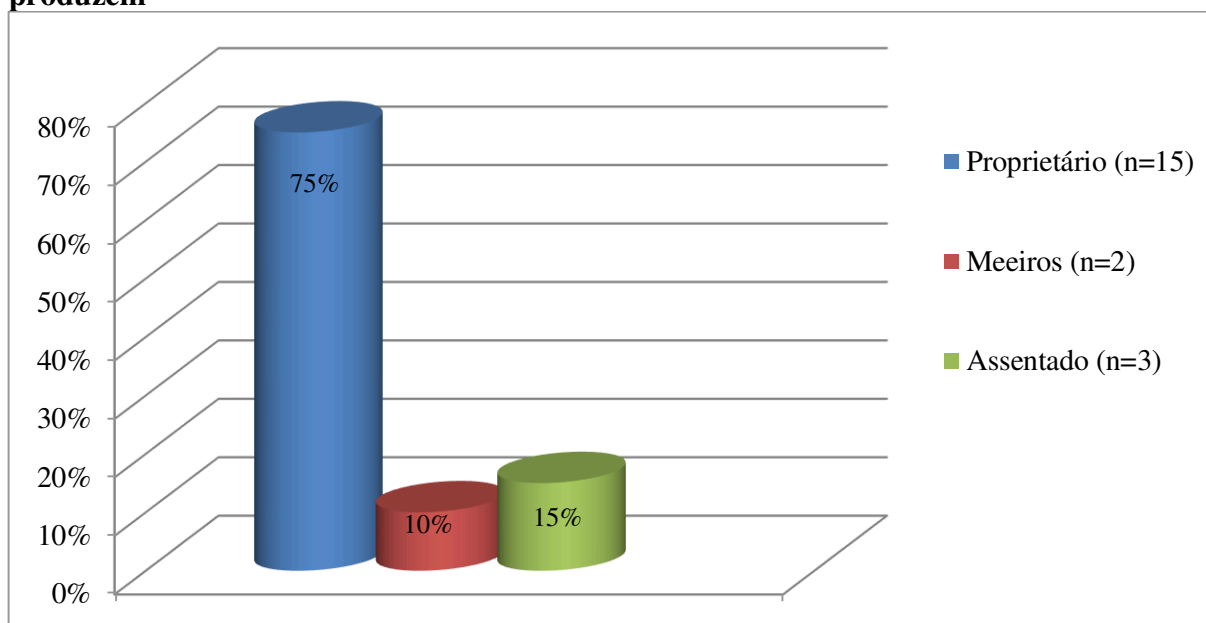
De acordo com os dados apresentados no Gráfico 2, 31,25% dos entrevistados residem na propriedade em que trabalham e produzem por um espaço de tempo entre 31 e 40 anos; 25% informaram que residem entre 10 e 20 anos; 18,75% ressaltaram que residem entre 21 e 30 anos; 12,5% afirmaram que residem entre 41 e 50 anos e os demais (12,5%), há mais de 60 anos.

Os acima apresentados complementam as informações colhidas através do primeiro questionamento. Apenas 25% dos entrevistados possuem uma vinculação com a terra onde produzem por um espaço de tempo inferior a 20 anos. Quando se analisa essa particularidade verifica-se o quanto é necessário que o governo incentive e apoie a agricultura familiar partindo do princípio de que trata-se de um segmento que verdadeiramente produz.

Schneider (2009), ao focalizar a pluriatividade na agricultura familiar chama atenção para o fato de que a maioria dos agricultores familiares nasceu no meio rural e nele continua exercendo suas atividades agrícolas num regime de mútua dependência, comercializando parte de sua produção para suprir aquelas necessidades que não produzidas em seu meio.

Mediante o terceiro questionamento procurou-se saber dos entrevistados qual a forma de acesso à terra, que eles tiveram. O Gráfico 3 relaciona-se a esse questionamento.

**Gráfico 3. Distribuição dos entrevistados quanto à forma de acesso à terra na qual produzem**



Fonte: Pesquisa de campo (maio/2016).

Quando se analisa os dados apresentados no Gráfico 3, verifica-se que 75% dos entrevistados são proprietários da terra onde produzem; 15% são assentados mediante programas da reforma agrária e 10% informaram que são meeiros.

No Brasil e em especial na região nordeste, a agricultura familiar é desenvolvida em pequenas propriedades. A maioria dos agricultores familiares nasceu na comunidade onde produz e é dona do imóvel porque na maioria das vezes, recebeu-o por herança. Entretanto, uma modalidade de exploração da terra ainda presente no interior do Nordeste é a meação, fruto, quase sempre, de um ‘contrato verbal’ firmado entre o agricultor e proprietário do imóvel, através do qual o primeiro recebe a autorização para utilizar a terra e nela plantar com a obrigação de repassar ao segundo a metade da produção (TONNEAU; SABOURIN, 2007).

Por outro lado, é importante ressaltar que nos últimos anos INCRA vem promovendo várias iniciativas de reforma agrária no Nordeste, inclusive, no sertão paraibano, de forma que

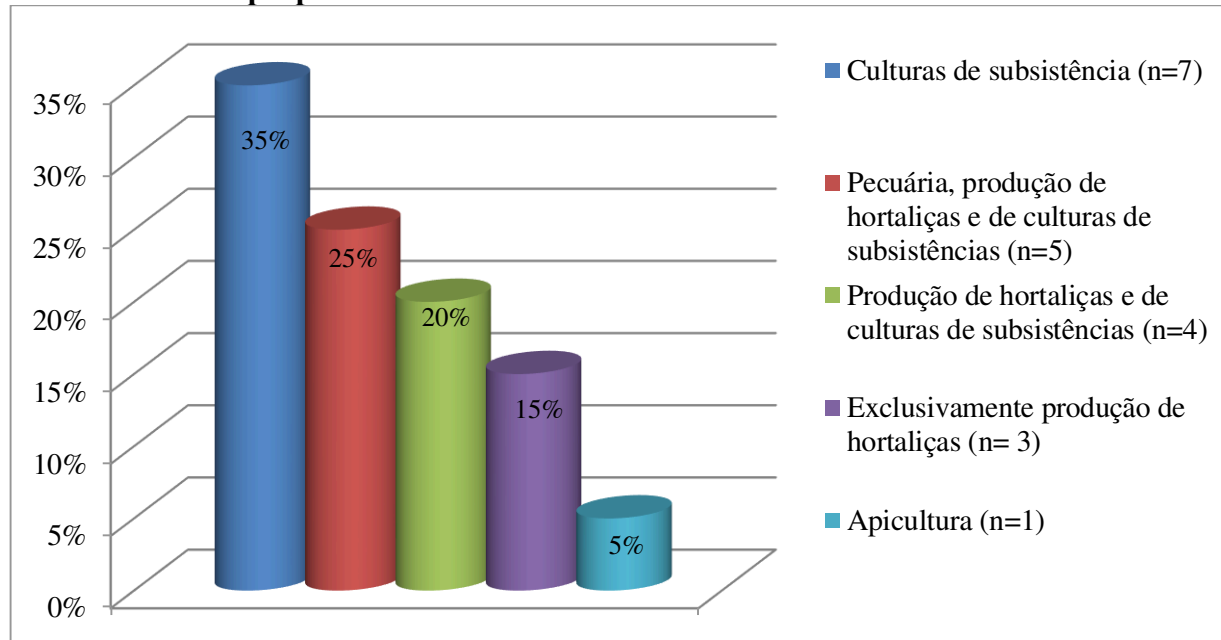
tem ampliado de forma significativa o número de assentados na região das Espinharas, o que justifica a presença de assentados entre os entrevistados.

Posteriormente, procurou-se saber dos entrevistados se eles possuem outras propriedades além daquelas nas quais produzem. A esse questionamento todos responderam ‘não’ (100%), razão pela qual não foi construído um gráfico para apresentar tais resultados.

É oportuno ressaltar que o poder aquisitivo do agricultor familiar é baixo. No caso específico desta pesquisa, os dados contidos na Tabela 1 mostra que apenas 5% dos entrevistados possuem uma renda familiar acima de dois salários mínimos. Portanto, dada essa realidade vivida por grande parte dos agricultores brasileiros, fica evidente que quando os mesmos possuem alguma gleba de terra, esta, resume-se ao local de terra onde produzem para o sustento de suas famílias.

Mediante o quinto questionamento, indagou-se dos entrevistados quais os tipos de atividades que eles exercem em suas propriedades. O Gráfico 4 relaciona-se a esse questionamento.

**Gráfico 4. Distribuição dos entrevistados quanto aos tipos de atividades que eles exercem em suas propriedades**



Fonte: Pesquisa de campo (maio/2016).

Os dados apresentados no Gráfico 4 mostram que 35% dos entrevistados limitam suas atividades à produção de culturas de subsistência; 25% afirmaram que além das culturas de subsistência também produzem hortaliças e criam animais de pequenos portes; 20% produzem



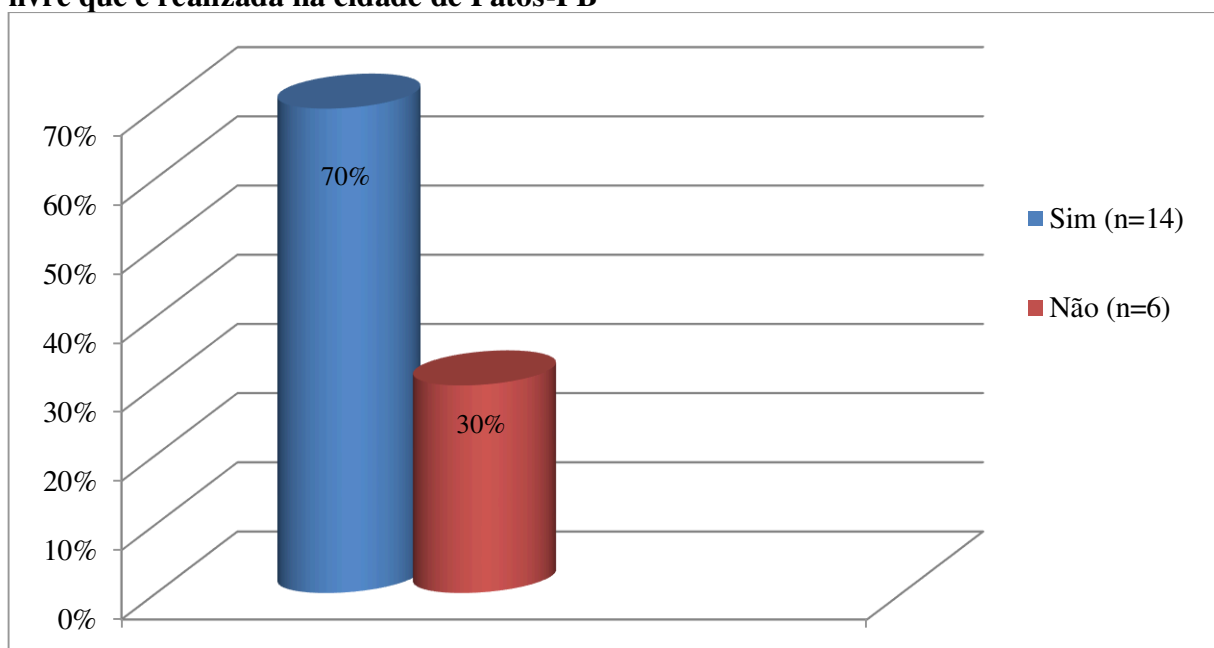
hortaliças e culturas de subsistências, 15% produzem exclusivamente hortaliças 5% destacaram que promove a apicultura.

De acordo com Schneider (2009), a agricultura familiar é caracterizada por sua diversidade. Assim, é comum o agricultor produzir culturas de subsistência e hortaliças, além de criar animais de pequeno porte, a exemplo de galínceos, ovinos, caprinos e suínos.

No presente caso, além das culturas de subsistência e das hortaliças, os entrevistados possuem pequenos criatórios. Um dos entrevistados desenvolve a apicultura, que trata-se de uma atividade que contempla os pilares da sustentabilidade.

Através do sexto questionamento, perguntou-se aos entrevistados se eles participam da Feira livre que é realizada na cidade de Patos-PB. Todos os dados colhidos foram apresentados no Gráfico 5.

**Gráfico 5. Distribuição dos entrevistados quanto ao fato se participam ou não da Feira livre que é realizada na cidade de Patos-PB**



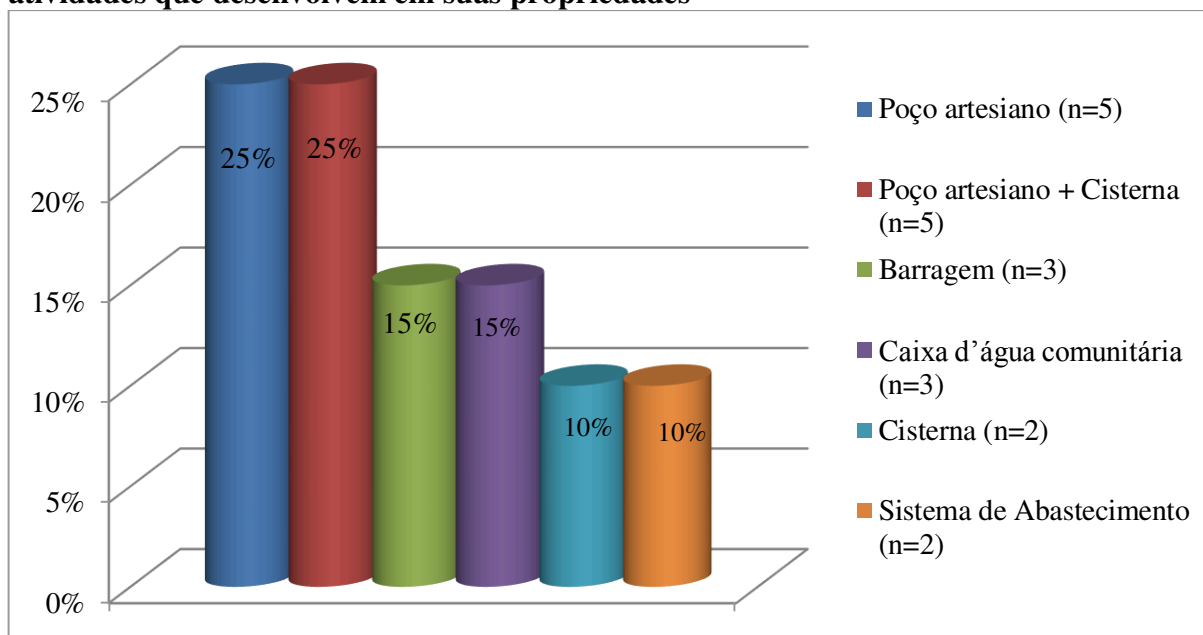
Fonte: Pesquisa de campo (maio/2016).

A análise dos dados apresentados no Gráfico 5 permite constatar que 70% dos entrevistados, além de participarem da 'Feira de Agricultura Familiar', também comercializam seus produtos na Feira Livre da cidade de Patos. No entanto, 30% informaram que limitam-se a participarem da 'Feira de Agricultura Familiar', que se realiza às quinta feiras, no centro da cidade de Patos.

De acordo com Azevedo e Faulin (2005) a maioria das transações envolvendo os produtores familiares, são realizadas em quitandas e feiras.

Posteriormente, indagou-se dos entrevistados de onde provem a água que eles utilizam nas atividades que desenvolvem em suas propriedades. Os dados relativos a esse questionamento foram apresentados no Gráfico 6.

**Gráfico 6. Distribuição dos entrevistados quanto à origem da água utilizada nas atividades que desenvolvem em suas propriedades**



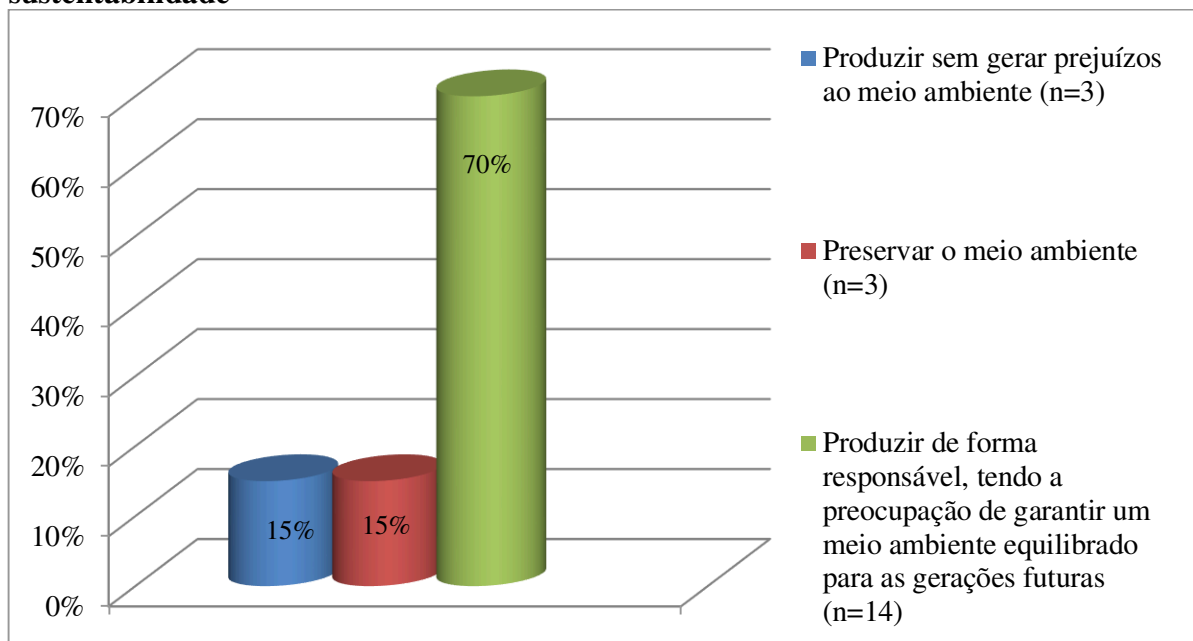
Fonte: Pesquisa de campo (maio/2016).

Quando se analisa os dados apresentados no Gráfico 6, constata-se que 25% dos entrevistados para desenvolverem suas atividades, utilizam água originária de poço artesiano; 10% informaram que consomem água de cisterna; outros 25% informaram que para realizarem suas atividades consomem água proveniente de poços artesianos e de cisternas existentes em suas propriedades; 15% destacaram que utilizam águas de suas barragens; 10% informaram que plantam promovendo irrigação com água proveniente de sistemas de abastecimento; e outros 15%, de caixa d'água comunitária.

Como parte do semiárido, o sertão paraibano enfrenta o problema da falta d'água. Assim, o agricultor familiar é obrigado a aproveitar da melhor forma a água disponível em sua propriedade. Como trata-se de uma região seca, além das pequenas barragens ou açudes, também se investe em cisternas e poços artesianos, de onde, no período das secas, se retira a água para se manter a produção (SANTOS; CÂNDIDO, 2014).

Através do oitavo questionamento, indagou-se aos entrevistados o que eles entendem por sustentabilidade. As respostas apresentadas foram transformadas em dados e apresentados no Gráfico 7.

**Gráfico 7. Distribuição dos entrevistados quanto ao que eles entendem por sustentabilidade**



Fonte: Pesquisa de campo (maio/2016).

Com base nos dados apresentados no Gráfico 7, 70% dos entrevistados afirmam que a sustentabilidade é produzir de forma responsável, tendo a preocupação de garantir um meio ambiente equilibrado para as gerações futuras; 15% afirmaram que sustentabilidade é preservar o meio ambiente. Para 15% dos entrevistados, sustentabilidade é produzir sem gerar prejuízos ao meio ambiente (n=3).

A noção de sustentabilidade tem sido associada à de desenvolvimento, levando-se em consideração questões de natureza socioeconômica, ambiental e cultural, de forma que o desenvolvimento sustentável vem sendo objeto de inúmeras discussões, onde tem-se privilegiado a inserção da sociedade, visando, principalmente, a equidade e mostrando-se que a mesma precisa se organizar, para que os benefícios a ela direcionados sejam os mais duradouros possíveis.

Segundo Santos et al. (2013, p. 7) a sustentabilidade depende da participação em diferentes planos sociais para:

[...] aconselharem, acompanharem, avaliarem e controlarem as políticas públicas, pelo menos a sustentabilidade social da participação consentida que se expressaria na capacidade, maior ou menor, das pessoas, em situação de pobreza crônica, estabelecerem processos econômicos sociais, políticos e ideológicos de superação da subalternidade.

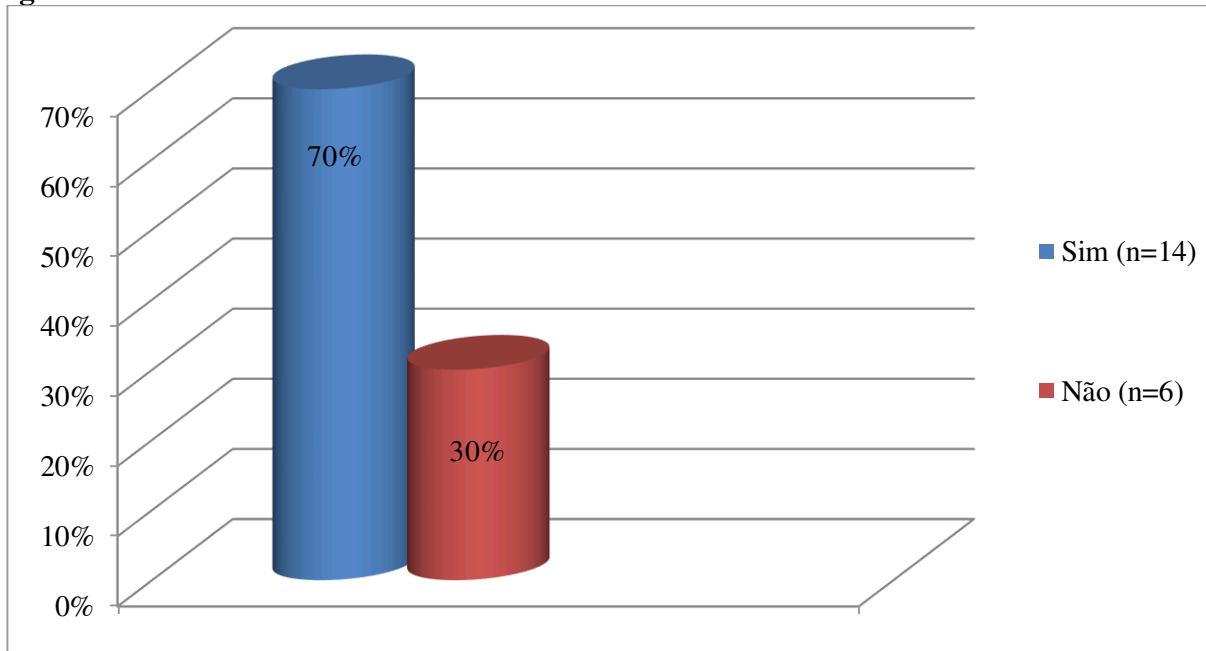
Assim sendo, percebe-se que além de se preocupar com a preservação dos recursos naturais, o desenvolvimento sustentável procura estabelecer condições para uma gestão participativa, para a ocorrência da inclusão de um maior contingente de mão de obra no cenário econômico.

Rodrigues (2009, p. 44) argumenta que “a sustentabilidade precisa ser construída socialmente, ou seja, penso que o desafio é construir a utopia da sociedade sustentável, desenvolvendo-se em contínua progressão a capacidade de pensar, que é a essência da natureza humana”.

Diante disto, não há como se falar em sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável sem antes conscientizar a população quanto à importância de se preservar a natureza e se promover a exploração dos recursos naturais de forma respeitável e racional.

Em ato contínuo, perguntou-se aos entrevistados se eles desenvolvem agricultura sustentável. Todos os dados relativos a esse questionamento encontram-se apresentados no Gráfico 8.

**Gráfico 8. Distribuição dos entrevistados quanto ao fato de desenvolvem ou não a agricultura sustentável**



Fonte: Pesquisa de campo (maio/2016).

Segundo os dados apresentados no Gráfico 8, 70% dos entrevistados desenvolvem a agricultura sustentável. Por outro lado, 30% declararam que não desenvolvem esse tipo de agricultura. Desta forma, estes últimos entrevistados ainda se encontram apegados às práticas

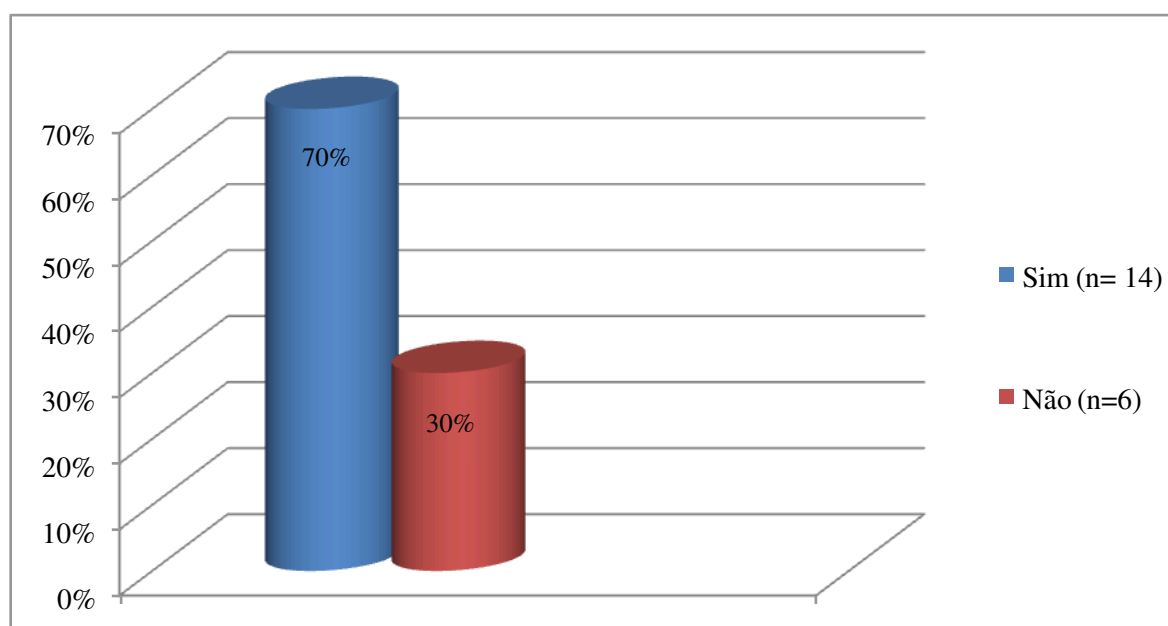
tradicionais de cultura, produzindo, sem, contudo, terem uma preocupação com o meio ambiente, deixando de promoverem a sustentabilidade.

De acordo com Mascarenhas (2004, p. 13), “agricultura sustentável é a alternativa para a promoção do progresso e bem-estar no meio rural, garantindo melhores condições de vida para a população e a utilização racional e ambientalmente correta dos recursos renováveis e não-renováveis”.

Desta forma, o que se busca com a promoção da agricultura sustentável é aproveitamento racional dos recursos naturais, mantendo aquela preocupação de garanti-los às gerações. Mediante a adoção desse tipo de agricultura, produz-se não o máximo, mas o suficiente de forma a não gerar impactos para o meio ambiente.

Através do décimo questionamento, indagou-se aos entrevistados se eles já participaram de algum curso, capacitação, evento ou palestra voltada para a promoção da agricultura sustentável. O Gráfico 9 esboça os dados colhidos nesse questionamento.

**Gráfico 9. Distribuição dos entrevistados quanto ao fato de já terem ou participado de algum curso, capacitação, evento ou palestra voltada para a promoção da agricultura sustentável**



Fonte: Pesquisa de campo (maio/2016).

Ao se analisar os dados apresentados no Gráfico 9, constata-se que 70% dos entrevistados já participaram de um algum curso, capacitação, evento ou palestra voltada para a promoção da agricultura sustentável. No entanto, 30% dos entrevistados afirmaram que

ainda não tiveram a oportunidade de participarem de nenhum curso ou palestra voltada para a promoção da agricultura sustentável.

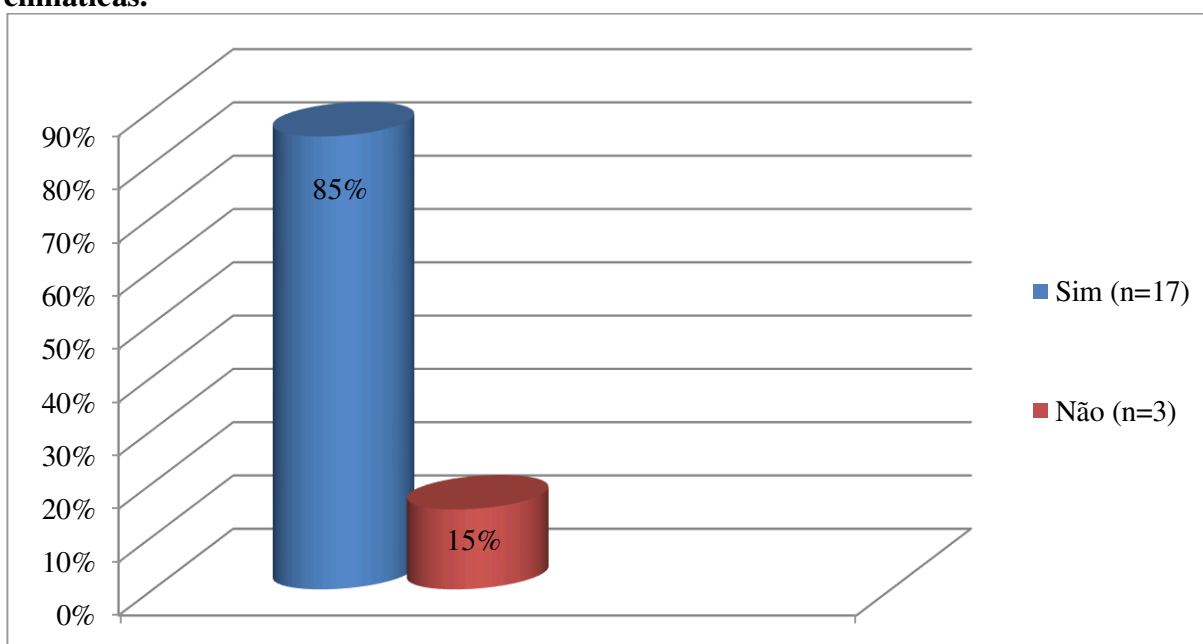
O processo de transição da agricultura convencional para a agricultura sustentável não é fácil. Ele exige uma boa capacitação. O agricultor precisa saber o que deve observar em seu processo produtivo, principalmente, no que diz respeito aos cuidados com o meio ambiente, evitando o uso de agrotóxicos, de sementes transgênicas, de adubos químicos, bem como de outras práticas que possam trazer impactos ambientais ou danos aos ecossistemas.

Explica Mascarenhas (2004), que para a promoção da agricultura sustentável o agricultor, deve ser capacitado para melhor saber como controlar as pragas e doenças que surgem com frequência no processo agrícola, sobre como fazer a adubação, dentre outras particularidades.

Na agricultura sustentável existe uma preocupação com a certificação do que é produzido. E é participando de encontros, palestras, cursos e capacitações, que o agricultor aprende e começa a conhecer o que é exigido para a promoção da agricultura sustentável, pois também exige dele uma profunda mudança de mentalidade.

Posteriormente, indagou-se dos entrevistados se, na opinião deles, é possível desenvolver a agricultura sustentável no sertão paraibano, apesar das adversidades climáticas. Todos os dados colhidos foram apresentados no Gráfico 10.

**Gráfico 10. Distribuição dos entrevistados quanto ao fato se é ou não possível desenvolver a agricultura sustentável no sertão paraibano, apesar das adversidades climáticas.**



Fonte: Pesquisa de campo (maio/2016).

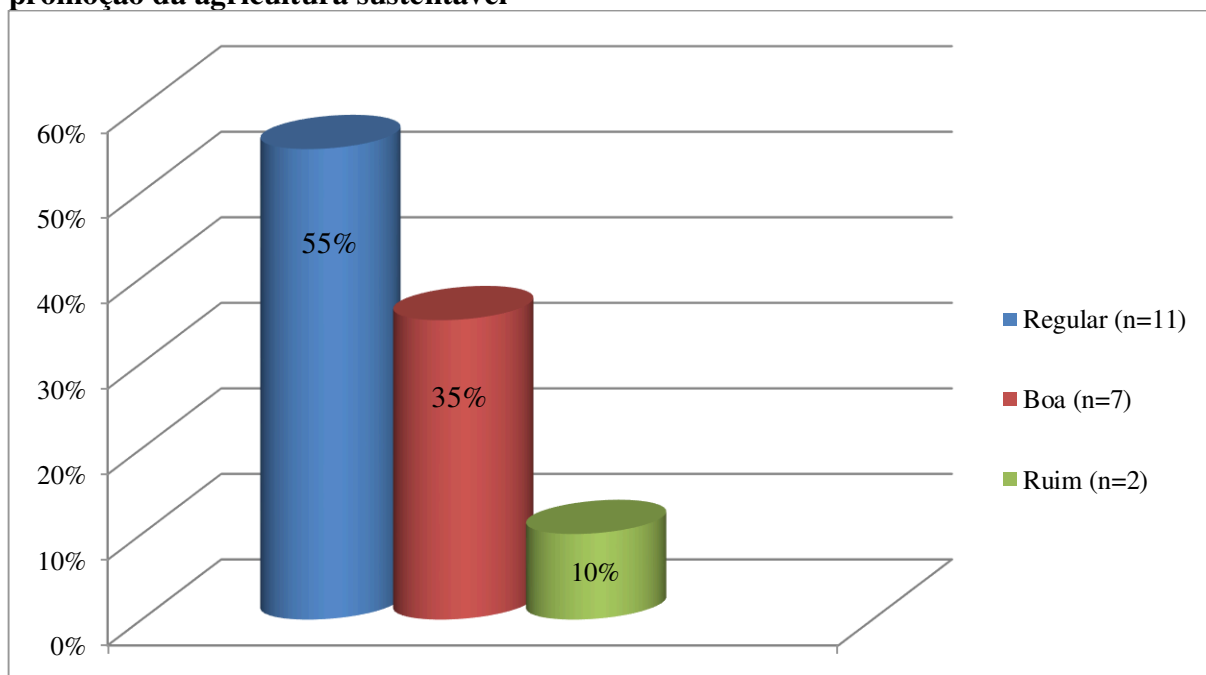
Com base nos dados apresentados no Gráfico 10, verifica-se que segundo 85% dos entrevistados, apesar das condições climáticas apresentadas no sertão paraibano, nessa região é possível se desenvolver a agricultura sustentável. No entanto, 15% dos entrevistados não concordam com essa afirmação, por acreditar que o clima quente e seco do sertão inviabiliza qualquer iniciativa que busque a promoção da sustentabilidade.

É importante deixar bem claro que o clima quente e seco do sertão paraibano não constitui obstáculo para a ‘sustentabilidade’. Na concepção de Olalde (2004), esse fator pode limitar o processo produtivo, partindo do princípio de que a água é algo essencial para o bom desempenho da atividade agrícola, mas não para se promover a agricultura sustentável.

Segundo Silva et al. (2013), saber conviver com a seca no sertão nordestino requer a adoção de práticas sustentáveis. E o conhecimento dessas práticas auxilia na promoção da agricultura sustentável.

Perguntou-se aos entrevistados como eles avaliam a assistência técnica proporcionada pelos órgãos do governo no que diz respeito à promoção da agricultura sustentável. Todos os dados colhidos nesse questionamento foram apresentados no Gráfico 11.

**Gráfico 11. Distribuição dos entrevistados quanto à forma como eles avaliam a assistência técnica proporcionada pelos órgãos do governo no que diz respeito à promoção da agricultura sustentável**



Fonte: Pesquisa de campo (maio/2016).

Com base nos dados apresentados no Gráfico 11, percebe-se que 55% dos entrevistados avaliam como sendo regular a assistência técnica proporcionada pelos órgãos do

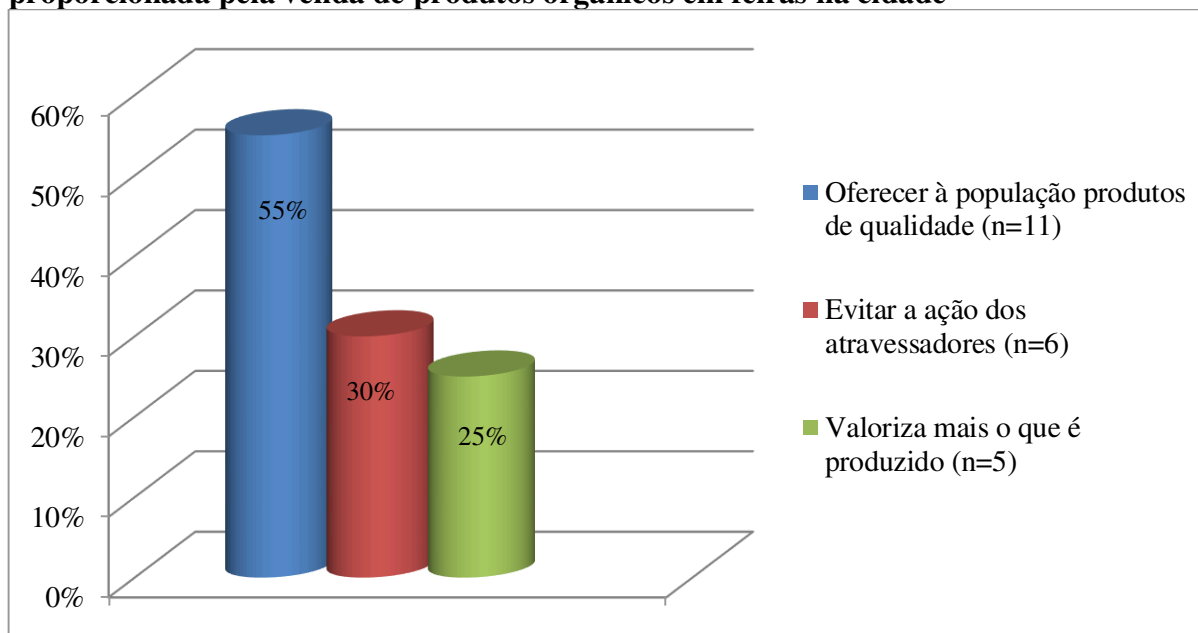
governo no que diz respeito à promoção da agricultura sustentável; 35% classifica essa assistência como sendo boa e 10% como sendo ruim.

Para o desenvolvimento da agricultura sustentável é por demais necessária uma assistência técnica de boa qualidade, isto porque segundo Canuto (2004, p. 47), “a realidade da maioria dos agricultores brasileiros está marcada pelas precárias condições ecológico-econômicas, isto é, pela reduzida disponibilidade e qualidade de recursos naturais (terras férteis, água) e de recursos financeiros (baixa capitalização e monetarização)”.

Assim sendo, se o agricultor familiar não tiver à sua disposição uma assistência técnica de boa qualidade patrocinada pelo governo, através da EMATER e de outros órgãos de pesquisa e extensão rural, dificilmente ele conseguirá superar os problemas que surgem em suas atividades agrícolas, que se agravam em decorrência das adversidades naturais registradas no sertão paraibano, mais especificamente na região das Espinharas.

Mediante o antepenúltimo questionamento indagou-se dos entrevistados qual a principal contribuição proporcionada pela venda de produtos orgânicos em feiras na cidade.

**Gráfico 12. Distribuição dos entrevistados quanto à principal contribuição proporcionada pela venda de produtos orgânicos em feiras na cidade**



Fonte: Pesquisa de campo (maio/2016).

Quando se analisa os dados apresentados no Gráfico 12, verifica-se que segundo 55% dos entrevistados a principal contribuição da venda de produtos orgânicos em feiras na cidade é oferecer à população produtos de qualidade; 30 entendem que é evitar a ação dos atravessadores e 25% que é o fato de se valorizar mais o que é produzido.



De acordo com Santos e Cândido (2014, p. 56):

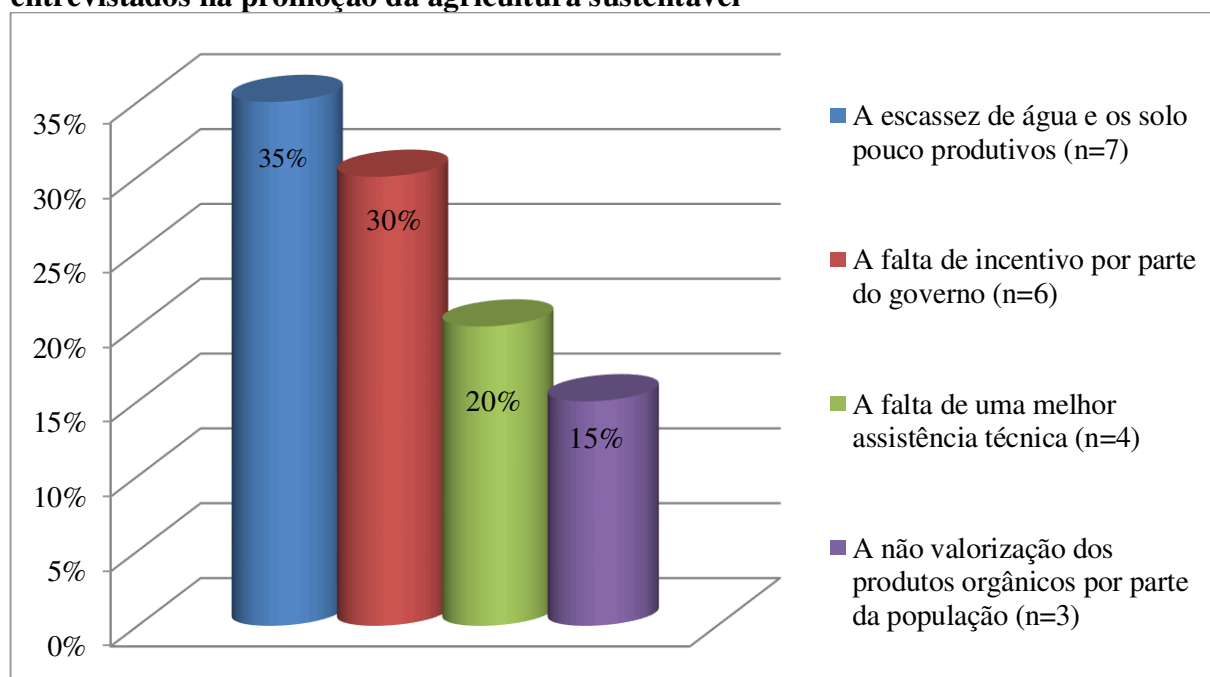
As feiras agroecológicas geram uma ascensão econômica para as famílias, garantindo a segurança alimentar, assim como é o momento de socialização entre os agricultores, já que participam diversos produtores paraibanos, além de oferecer produtos mais “saudáveis” aos consumidores. Outro aspecto importante e que merece destaque é que através das feiras diretas (produtor – consumidor) há a diminuição de intermediários da cadeia, como por exemplo, a CEASA, chegando o produto diretamente da fonte ao consumidor final, por conseguinte, há a diminuição dos preços dos produtos para os clientes, além de obter produtos sem agrotóxicos.

Quando se analisa a citação acima, percebe-se que várias são as contribuições proporcionadas pelas chamadas ‘feiras agroecológicas’ ou ‘feiras de agricultura familiar’. Além de se oferece à população produtos de qualidade, elimina-se a figura do intermediário fator que reduz o preço dos produtos que estão sendo oferecidos aos consumidores.

Posteriormente, perguntou-se aos entrevistados se eles enfrentam alguma dificuldade no processo de promoção da agricultura sustentável no município de Patos, Estado da Paraíba. Partindo do princípio de que todos os entrevistados responderam ‘sim’, deixou-se de construir um gráfico específico para apresentar os dados colhidos.

Complementando esse questionamento, procurou-se saber qual a maior dificuldade enfrentada pelos entrevistados na promoção da agricultura sustentável.

**Gráfico 13. Distribuição dos entrevistados quanto a maior dificuldade enfrentada pelos entrevistados na promoção da agricultura sustentável**



Fonte: Pesquisa de campo (maio/2016).

Os dados apresentados no Gráfico 13 mostram que segundo 35% dos entrevistados, a maior dificuldade enfrentada pelos entrevistados na promoção da agricultura sustentável é a escassez de água e os solos poucos produtivos, registrados na região do sertão paraibano; 30% entendem que é a falta de incentivo por parte do governo; 15% acredita ser a não valorização dos produtos orgânicos por parte da população e 20% entende ser a falta de uma melhor assistência técnica.

Quando se analisa os dados contidos no Gráfico 13 verifica-se que os todos os desafios apresentados pelos agricultores são contornáveis, necessitando, tão somente, a implantação de um conjunto de políticas públicas voltadas para o referido setor.

Diversos são fatores que limitam o desenvolvimento da agricultura sustentável, inclusive, a qualidade do solo.

Nesse sentido, destacam Audeh (2011, p. 35) que:

A qualidade do solo é um dos fatores importantes para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável [...]. As funções do solo na natureza se caracterizam, portanto, pela habilidade do solo servir como um meio para o crescimento das plantas, regular o fluxo de água no ambiente, estocar e promover a ciclagem de elementos na biosfera e atuar como um tampão ambiental.

Toda atividade agrícola necessita de um solo de boa qualidade para se desenvolver. Logo, quando se pensa na promoção da agricultura sustentável também deve-se levar em consideração a existência de um solo de boa qualidade.

No entanto, Mascarenhas (2004) entende que a promoção da agricultura sustentável exige o apoio do Estado, através de políticas específicas e uma assistência técnica rural de qualidade, visando instruir e capacitar o agricultor, quanto ao que deve ser observado no desenvolvimento dessa nova concepção da produção agrícola.

Um estudo desenvolvido por Santos et al (2013) mostra que além dos incentivos, é preciso ensinar o agricultor a conviver as adversidades da região nordestina, quando o assunto for a agricultura sustentável. Fatores como a escassez de água, por exemplo, exige técnicas de utilização adequadas, que não gerem desperdícios.

Desta forma, percebe-se que somente será possível superar os obstáculos que existem no processo de promoção da agricultura sustentável se o homem do campo for capacitado e receber uma assistência técnica de qualidade. É por demais necessária também a existência de políticas específicas que contemple esse segmento produtivo.

## CONCLUSÃO

O agravamento dos problemas socioambientais e as discussões acerca do desenvolvimento sustentável têm alimentado o debate em torno da necessidade de promoção de uma agricultura sustentável. Entretanto, pensar a sustentabilidade não é tarefa fácil.

Caminhar em direção à agricultura sustentável exige um grande esforço por parte dos agricultores, ora enquadrados como agricultores familiares. No entanto, esse processo de transição já se encontra em desenvolvimento. E isto pode se observar no município de Patos.

Os dados colhidos através da presente pesquisa revelam que quase todos os agricultores entrevistados possuem conhecimento sobre o que é sustentabilidade, bem como quanto à agricultura sustentável. Pode-se perceber que uma grande parte dos entrevistados já vem colocando em prática alternativas sustentáveis, objetivando desenvolver a chamada agricultura sustentável.

A pesquisa possibilitou concluir que a maior dos entrevistados já participaram de um curso, palestra ou capacitação voltados para a promoção da agricultura sustentável. Entre esses agricultores existe um bom conhecimento quanto às vantagens que tal modelo produtivo pode proporcionar.

Entretanto, a presente pesquisa demonstrou que apesar dos benefícios que podem advir da agricultura familiar, esta ainda não recebeu a atenção devida por parte dos organismos de governo, que limitam o crédito e não oferece uma assistência técnica de qualidade. No que diz respeito especificamente à agricultura sustentável, pode-se perceber que entre os entrevistados existe um grande interesse por sua promoção, partindo do princípio de que é cada vez maior a procura por cultivares orgânicos, produzidos isentos de agrotóxicos.

A significativa conclusão proporcionada pela realização desta pesquisa resume-se ao fato de que entre os agricultores que participam da 'Feira de Agricultura Familiar', no centro da cidade de Patos-PB, já existe um interesse em promoverem a agricultura sustentável, fato que demonstra que a sustentabilidade está deixando de ser um discurso utópico e ganhando forma entre aqueles que possuem pouca instrução e retiram da terra o sustento de suas famílias, além de contribuírem com uma significativa parcela dos produtos que chegam à mesa da população brasileira.

É importante destacar que todos os objetivos estabelecidos para o presente trabalho foram alcançados, partindo do princípio de que se conseguiu constatar que parte dos agricultores familiares do município de Patos-PB já está participando do processo de transição da agricultura familiar para a agricultura orgânica; ao logo do trabalho também se conseguiu

demonstrar que a agricultura familiar vem apresentando um significativo crescimento e estimulando assim o desenvolvimento sustentável.

Por último, pode-se identificar que dentre os principais obstáculos que os agricultores familiares do município em estudo enfrentam para promoverem a agricultura sustentável destacam-se a falta de uma assistência técnica por parte dos organismos de governo e as condições adversas do clima e a baixa qualidade dos solos da região.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. A atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 34, n. 3/4, 1997.

\_\_\_\_\_. ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, abr/jun, vol. 11, nº 2:73-78, 2004.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

AUDEH, S. J. S.; LIMA, A. C. R. de; CARDOSO, I. M.; CASALINHO, H. D.; JUCKSCH, I. J. Qualidade do solo: uma visão etnopedológica em propriedades agrícolas familiares produtoras de fumo orgânico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 3, p. 34-48, 2011.

AZEVEDO, P. F.; FAULIN, E. J. Comercialização na agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: Edufscar, 2005.

BAIERLE, S. G. A explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E. et al. (org). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (coord.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

BITTENCOURT, G. Agricultura familiar e agronegócio: questões para pesquisa. In: LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J. (Orgs.). **Inovações das tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq, 2002.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 julho 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasília: MEC/SEB, 2004. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

BUAINAIN, A. M. et al. Inovação tecnológica na agricultura e na agricultura familiar. In: LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J. (Orgs.). **Inovações das tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq, 2002.

BURSZTYN, M. (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez/Brasília: UNESCO, 2001.

CAFFÉ, J. T. D. A retomada do planejamento regional e o desenvolvimento sustentável. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 2, p. 71-73, setembro 2002.

CANUTO, J. C. Dimensão socioambiental da agricultura sustentável. In: UZÊDA, M. C. (org.). **O desafio da agricultura sustentável**: alternativas viáveis para o sul da Bahia. Ilhéus-BA: Editus, 2004.

CARVALHO, José Antônio de. **Ciclo das políticas públicas**. Curitiba: IBRATEC, 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. **Programa de desenvolvimento regional sustentável - PDRS**: Sul da Bahia. Salvador: CAR-BA, 1997.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul-set./2001.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GUIMARÃES, R. P. **A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento**: Um debate sócio ambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

HECHT, S. A. evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. 4. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 2000.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M. (org.) **Ecologia, ciência e política**: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 9-48.

JARDIM, J. S. Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento como liberdade e a construção da cidadania na perspectiva ambiental. **Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 189-201, jan./jun. 2005.

KAUCHAKJE, S. **Gestão pública de serviços sociais**. Curitiba: IBPEX, 2008.

LAMARCHE, Huges. (Coord). **A agricultura familiar**. São Paulo: UNICAMP, 1993.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MASCARENHAS, G. A atual conjuntura socioeconômica e ambiental da Região Sul e agricultura sustentável como uma alternativa concreta. In: UZÊDA, M. C. (org.). **O desafio da agricultura sustentável**: alternativas viáveis para o sul da Bahia. Ilhéus-BA: Editus, 2004.

MATTEI, L. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF)**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2005.

MATOS, A. G. de. **Bases referenciais para um modelo de gestão do desenvolvimento sustentável do nordeste**. 3 ed. Brasília: Ministério da Integração Nacional/Projeto Áridas, 2008.

MENIN, D. de F. **Ecologia de A Z**. Porto Alegre: L & PM, 2000.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; FREITAS, M. N. Pesquisa e agricultura familiar: contribuição para o debate. **Raízes**, Campina Grande, v. 26, n. 1-2, p. 128-139, jan./dez. 2007  
NEVES, L. S. **A transição do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentado e problemática ambiental. **Lua Nova**: São Paulo. N. 47, p. 137-156, 1999.

OLALDE, A. R. Agricultura orgânica e agroecologia na Bahia: atores e experiências In: UZÊDA, M. C. (org.). **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o sul da Bahia**. Ilhéus-BA: Editus, 2004.

POLIT, D.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**. 5 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística. In: Rodrigues, A. B. (org). **Turismo e desenvolvimento local**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2009

SACHS, I. **Estratégias de transição para do século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundação para o Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SANTOS, J. O. [et al.]. Os sistemas alternativos de produção de base agroecológica. **Agropecuária Científica no Semiárido**, v. 9, n. 1, p. 01-08, jan-mar, 2013.

SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. Sustentabilidade e participação social cooperativa de agricultores familiares no agreste da Paraíba. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 48-63, 2014.

SÃO PAULO (Estado). **Desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo: 40 metas**. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional/Fundação SEADE/Secretaria de Meio Ambiente, 2012.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SILVA, V. M. A.; PATRÍCIO, M. C. M.; RIBEIRO, V. H. de A.; MEDEIROS, R. M. O desastre da seca no nordeste brasileiro. **Polêmica**, v. 12, n. 2, abr-jun., 2013.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul-dez./2006.

TONNEAU, J. Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões. In: WANDERLEY, M. de N. B. **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro**. Campina: CERES/UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_; SABOURIN, E. **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Unicamp, 2005.



**APÊNDICES**

## APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Nome da Pesquisa: Sustentabilidade na agricultura familiar: Um estudo de caso da feira da agricultura familiar orgânica no município de Patos-Pb**

**Pesquisadores responsáveis:** Felipe César da Silva Brito e Maria das Dores Pereira Ribeiro

**Informações sobre a pesquisa:** Verificar as possibilidades e restrições para o desenvolvimento da agricultura familiar sustentável do alto sertão do estado da Paraíba

Eu, \_\_\_\_\_, portador de RG: \_\_\_\_\_, abaixo assinado, tendo recebido as informações acima, concordo em participar da pesquisa, pois estou ciente de que, com base na Resolução Nº 196/96, terei preservados todos os meus direitos abaixo relacionados:

- A garantia de receber todos os esclarecimentos sobre as perguntas do questionário antes e durante o transcurso da pesquisa, podendo afasta me em qualquer momento se assim o desejar, bem como está assegurado absoluto sigilo das informações obtidas.

- A segurança plena de que não serei identificada mantendo o caráter oficial da informação, assim como, está assegurado que a pesquisa poderá causar um risco mínimo (desconforto, constrangimento) ao entrevistado durante a coleta de dados, caso isso aconteça, o mesmo será atenuado através esclarecimentos sobre a pesquisa, procurando resolver da melhor forma possível.

- A segurança de que não terei nenhum tipo de despesa material ou financeira durante o desenvolvimento da pesquisa bem como, esta pesquisa poderá causar risco mínimo (desconforto, constrangimento) ao entrevistado durante a coleta de dados. - A garantia de que toda e qualquer responsabilidade nas diferentes fases da pesquisa é dos órgãos de divulgação científica em que a mesma seja aceita.

- A garantia de que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob a guarda dos pesquisadores, ser requisitado pelo entrevistado em qualquer momento.

Tenho ciência do expos acima e desejo participar da pesquisa  
Patos , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do entrevistado

Contato com o pesquisador (a) responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com (a) pesquisador (a) Maria das Dores Pereira Ribeiro, através do endereço (setor de trabalho): \_\_\_\_\_, Celular: \_\_\_\_\_.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador (a)

## APÊNDICE B - Instrumento de Coleta de Dados - Questionário

### I - PERFIL DO AGRICULTOR

#### 01. Sexo

- Feminino                       Masculino

#### 02. Estado Civil

- Casado                       Solteiro                       Viúvo

#### 03. Faixa etária

- Entre 18 e 25 anos                       Entre 26 e 30 anos  
 Entre 31 e 35 anos                       Entre 36 e 40 anos  
 Entre 41 e 45 anos                       Entre 46 e 50 anos  
 Entre 51 e 55 anos                       Entre 56 e 60 anos  
 Acima de 60 anos

#### 04. Número de Pessoas por residência: \_\_\_\_\_

#### 05. Renda Familiar

- Menos de 1 salário mínimo                       Entre 1 e 2 salários mínimos  
 Entre 2 e 3 salários mínimos                       Acima de 3 salários mínimos

### II - DADOS RELATIVOS AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

#### 01. Mora na propriedade em que trabalha e produz ?

- Sim                       Não

#### 02. Há quanto tempo reside na propriedade ou na comunidade? \_\_\_\_\_

#### 03. Forma de acesso à terra:

- Proprietário                       Comodatário                       Assentado  
 Posseiro                       Meeiro

#### 04. Possui outras Propriedades?

- Sim                       Não

#### 05. Que tipo de atividade exerce em sua propriedade ?

- Exclusivamente produção de hortaliças  
 Culturas de subsistência  
 Produção de hortaliças e de culturas de subsistências  
 Outras culturas: \_\_\_\_\_

#### 06. Participa de Feira livre que é realizada na cidade de Patos-PB?

- Sim                       Não

#### 07. A água que utiliza em sua propriedade vem de:

- Poço artesiano                       Cisterna                       Sistema de Abastecimento  
 Ribeirão/rio                       Nascente                       Barragem  
 Caixa d'água comunitária

#### 08. O que você entende por sustentabilidade?

- Preservar o meio ambiente
- Produz sem gerar prejuízos ao meio ambiente
- Produz de forma responsável, tendo a preocupação de garantir um meio ambiente equilibrado para as gerações futuras

**09. O (a) senhor (a) desenvolve a agricultura sustentável?**

- Sim                       Não

**10. O (a) senhor (a) já participou de algum curso, capacitação, evento ou palestra voltada para a promoção da agricultura sustentável?**

- Sim                       Não

**11. Na sua opinião, é possível desenvolver a agricultura sustentável em nossa região, apesar das adversidades climáticas?**

- Sim                       Não

**12. Como o (a) senhor (a) avalia a assistência técnica proporcionada pelos órgãos do governo no que diz respeito à promoção da agricultura sustentável?**

- Ótima                       Muito Boa                       Boa  
 Regular                       Ruim                       Muito Ruim

**13. Na sua opinião, qual a principal importância da venda de produtos orgânicos em feiras na cidade?**

- Oferecer á população produtos de qualidade
- Evitar a ação dos atravessadores
- Valoriza mais o que é produzido

**14. Para desenvolver a agricultura familiar em nosso município, o (a) senhor (a) enfrenta alguma dificuldade?**

- Sim                       Não

**15. Em caso afirmativo, qual a maior dificuldade enfrentada?**

- A falta de incentivo por parte do governo
- A não valorização dos produtos orgânicos por parte da população
- A falta de uma melhor assistência técnica (extensão rural)
- A de uma melhor organização por parte dos produtores
- A escassez de água e os solo pouco produtivos

## **ANEXOS**

**ANEXO I – COLETA DE DADOS**



**ANEXO I – COLETA DE DADOS**



**ANEXO I – COLETA DE DADOS**





## ANEXO I – COLETA DE DADOS



**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**



**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**



**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**



**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**



**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**



**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**



**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**





**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**



**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**



**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**



**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**



**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**



**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**



**ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR**



## ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR

